

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

MARCELO BARRETO

**A PRODUÇÃO CAMPONESA E O MONOPÓLIO DO TERRITÓRIO PELO
CAPITAL: ESPACIALIDADES DISTINTAS NA EXTRAÇÃO DA ERVA-MATE NA
REGIÃO DA FLORESTA COM ARAUCÁRIA DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientação:

Prof^a Dr^a Cicilian Luiza Löwen Sahr

PONTA GROSSA
JUNHO DE 2008

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

B273p	Barreto, Marcelo A produção camponesa e o monopólio do território pelo capital : espacialidades distintas na extração da erva-mate na região da Floresta com Araucária do Paraná / Marcelo Barreto. Ponta Grossa, 2008. 93f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa. Orientadora: Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr 1. Produção camponesa. 2. Erva-mate. 3. Monopolização do território. 4. Renda da terra. 5. Floresta com Araucária. I. Löwen Sahr, Cicilian Luiza. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Geografia. III. T. CDD: 633.77
-------	--

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCELO BARRETO

**"A PRODUÇÃO CAMPONESA E O MONOPÓLIO DO TERRITÓRIO PELO
CAPITAL: ESPACIALIDADES DISTINTAS NA EXTRAÇÃO DA ERVA-MATE NA
REGIÃO DA FLORESTA COM ARAUCÁRIA DO PARANÁ"**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador


Prof.ª Dr.ª Cícilian Luiza Löwen Sahr
UEPG


Prof.ª Dr.ª Eliane Tomiasi Paulino
UEL


Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
UEPG

Ponta Grossa, 12 de junho de 2008

Aos meus pais: Wilson e Telma,
os quais sempre me incentivaram na trajetória que procurei seguir.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr, pela desafiadora oportunidade de me propor pesquisar os Faxinais e a produção da erva-mate. De forma carinhosa a agradeço também por fazer parte do meu crescimento enquanto pesquisador.

Agradeço à CAPES pelo fornecimento de dois anos de bolsa para a realização da pesquisa e ao CNPq e Fundação Araucária pelos recursos fornecidos para os trabalhos de campo e apresentação em eventos.

Ao Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território.

Ao Mário Sérgio, amigo e neste momento colega, à sua esposa Rilka e seus filhos Laura e Lucas pelo carinho e pela generosa hospitalidade quando da minha vinda para Ponta Grossa.

Aos camponeses da Floresta com Araucária, os quais tive o privilégio de conhecer. Destaco entre eles o Sr. Amaro do Faxinal Marmeleiro de Cima, que ofereceu sua casa e me acompanhou nas entrevistas durante uma semana de estadia.

As indústrias de mate: Baldo, Glória, São Mateus, Vier e Leão Jr. e ao SINDIMATE (Sindicato das Indústrias do Mate do Estado do Paraná) pela disponibilidade de tempo para a realização de entrevistas e fornecimento de dados.

Ao casal de amigos Helena e Jaime, por terem colocado sua casa em São Mateus do Sul à minha disposição durante a permanência nesta cidade para a aquisição de dados e visitas às fábricas.

Ao amigo Gerson (de Curitiba), que sempre esteve disposto a me receber quando das necessidades de ir à capital para levantamento de dados.

Ao prof. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha pelas conversas, sempre muito proveitosas sobre a questão da formação do território na região do Paraná Tradicional e à profa. Andréa Paula dos Santos pelas valiosas colocações postas na defesa da qualificação.

A Andrea Tedesco, pelo carinho, pela paciência e compreensão dessas minhas ausências nos momentos finais da pesquisa.

Aos amigos: Wladimir, Tiago, Carla, Cristina, Lia, Andreza, Jeanine, Vagner, Márcio, Almir e Éderson, por compartilhar momentos de reflexão em torno do pensamento crítico. Certamente a convivência com estes vale de grande oportunidade para o nosso crescimento intelectual.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade propor uma compreensão sobre a produção camponesa na região da Floresta com Araucária do Paraná na atualidade, mais precisamente aquela inserida nos moldes do Sistema Faxinal. A organização camponesa dos Faxinais consolidou-se em meados do século XIX, quando a atividade econômica de produção da erva-mate tomou grandes proporções no estado. Neste período surgiram no litoral e nos arredores de Curitiba várias unidades industriais de beneficiamento da erva-mate. Essas indústrias adquiriam desses camponeses a erva-mate primariamente beneficiada como matéria prima para alimentar a sua produção, voltada para o mercado externo. Com a crise dessa atividade, na década de 1930, devido ao aumento da atividade ervateira na Argentina, que era o maior mercado para o mate brasileiro, essas comunidades de Faxinais começaram a se organizar em torno de cooperativas. As cooperativas do mate na região perduraram até meados da década de 1980, quando veio uma nova crise, provocada pelo fechamento do mercado uruguaio. Quando a produção do mate retomou seus níveis significativos, as indústrias ervateiras optaram por uma realocação das suas plantas fabris. Agora junto à matéria prima, no Centro-sul do Paraná. A partir desses momento, as fábricas passaram a adquirir dos camponeses não mais erva-mate beneficiada de forma artesanal em suas comunidades e sim a folha verde para o beneficiamento total dentro do processo industrial. Dessa forma, retirou-se das mãos dos camponeses a possibilidade da obtenção de renda. Com a aquisição da folha verde e não da beneficiada, o capital industrial ervateiro encontra possibilidades de se reproduzir em terras camponesas por meio da monopolização do território. Dessa forma, distintas espacialidades acabam sendo criadas em território faxinalense. Por meio do processo de luta e resistência na terra, os Faxinais não se dissolvem e continuam se reproduzindo como camponeses até os dias atuais.

Palavras-chave: Produção camponesa, erva-mate, monopolização do território, renda da terra, Floresta com Araucária.

ABSTRACT

The present work aim to propose a comprehension about the peasantry production on the Araucaria Forest region of Parana nowadays, precisely the one known as Faxinal System. The Faxinais peasantry organization consolidated on the half part of the XIXth century, when the economical activity of the mate herb production started to increase on the state. Among this period, several manufacturing industrial units started to appear next to the coast and around the city of Curitiba. Those industries used to obtain from those peasants the mate herb primary manufactured as raw material to feed their production faced to overseas market. Due to this activity crisis, during the dacade of 1930, provoked by the increase of the mate herb production in Argentina, the biggest market for the brazilian mate herb, those faxinais communities started to orginize into several cooperatives. The mate cooperatives on the region lasted till the half of the 80`s, when a new crisis took place, this time provoked by the closure of the uruguaian market. Whe the mate herb production reestarded its productin with significative levels, the mate herb industries decided to realocate their manufacturing plants. This time, together with the raw material on the Center-south of Parana. From this time on, those factories did no obbtained the pimary manufactured mate herb from the peasants anymore, but the green leaf for the total manufacturing inside the industrial process. This way, it was retired from peasantry hands the possibility of the obbtainance of income. With the accsition of the green leaf and not primary manufactured, the mate herb industrial capital finds a possibility of reproduction in peasantry lands through the territory monopolization. This way, distincts spatialities are been created on the Faxinals territory. Through the process of fighting and resistance on their land, the Faxinais do not dissolve and keep reproducing as peasants till nowadays.

Key words: Peasantry production, mate herb, territory monopolization, land income, Araucaria Forest.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1 -	ERVAL EM MEIO ÀS ARAUCÁRIAS NO FAXINAL PARANÁ ANTA GORDA.....	30
FOTO 2 -	VISTA DO CRIADOURO COMUNITÁRIO: AO FUNDO (TERRENO DESCAMPADO) ENCONTRAM-SE AS TERRAS DE PLANTAR; FAXINAL MARMELEIRO DE CIMA.....	36
FOTO 3 -	LOCAL UTILIZADO PARA SECAR FEIJÃO NO CRIADOURO COMUNITÁRIO FAXINAL MARMELEIRO DE CIMA.....	36
FOTO 4 -	CRIANÇA SECANDO FUMO.....	41
FOTO 5 -	PONTE DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL (BR-476), SOBRE O RIO IGUAÇU.....	60
FOTO 6 -	BARCO A VAPOR "PERI", UTILIZADO NO TRANSPORTE DA MADEIRA E DA ERVA-MATE, ENTRE OUTROS PRODUTOS.....	60
FOTO 7 -	GALPÃO ABANDONADO, RELACIONADO AO ANTIGO PORTO EM SÃO MATEUS.....	61
FOTO 8 -	CARROÇÃO RUSSO, UTILIZADO NO TRANSPORTE DE IGUARIAS, PRINCIPALMENTE A ERVA-MATE.....	62
FOTO 9 -	TRABALHADOR TEMPORÁRIO EFETUANDO A PODA DA ERVA-MATE NO FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO.....	70
FOTO 10 -	CONDUÇÃO DOS PONCHOS CARREGADOS DE FOLHA VERDE ATÉ O LOCAL ONDE O CAMINHÃO SE ENCONTRA ESTACIONADO. FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO.....	70
FOTO 51 -	BARBAQUÁ INATIVO LOCALIZADO NO FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO..	73
FOTO 12 -	INTERIOR DO BARBAQUÁ, COM A IMAGEM DA CANCHA.....	73
FOTO 13 -	CASA DO SR. NICOLAU, COM A ERVA-MATE PLANTADA.....	75
FOTO 14 -	CARIJO INDUSTRIAL.....	80
FOTO 15 -	UNIDADE DE BENEFICIAMENTO INDUSTRIAL DA ERVA-MATE.....	80
FOTO 16 -	PILHA DE ERVA-MATE CANCHEADA EM PROCESSO DE DESCANSO.....	82
FOTO 17 -	VIVEIRO DE MUDAS DE ERVA-MATE.....	84

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS E GRÁFICOS

FIGURA 1 –	FLUXO ESQUEMÁTICO DA PRODUÇÃO DA ERVA-MATE NA REGIÃO DA FLORESTA COM ARAUCÁRIA DO PARANÁ.....	78
FIGURA 2 –	MAPA DO ESTADO DO PARANÁ - MUNICÍPIOS COM UNIDADES INDUSTRIAIS DE BENEFICIAMENTO DA ERVA-MATE: 2007.....	87
TABELA 1 –	ESTADO DO PARANÁ: NÚMERO DE FAXINAIS, ÁREA DO CRIADOURO E NÚMERO DE FAMÍLIAS POR MUNICÍPIO NAS MESO-REGIÕES CENTRO-SUL, SUDESTE E METROPOLITANA DE CURITIBA.....	39
GRÁFICO 1 -	EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE PRODUZIDA ANUAL DA FOLHA VERDE DA ERVA-MATE SEGUNDO ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL (EM TONELADAS).....	66
GRÁFICO 2 -	PRODUÇÃO DA FOLHA VERDE DA ERVA-MATE SEGUNDO MESO-REGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ, 2004.....	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O CAMPESINATO E OS FAXINAIS.....	17
2.1	REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PRODUÇÃO CAMPONESA NO BRASIL.....	17
2.2	A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA DOS FAXINAIS NA FLORESTA COM ARAUCÁRIA DO PARANÁ.....	29
3	A CONSOLIDAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS / FLORESTA COM ARAUCÁRIA.....	45
3.1	A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS / FLORESTA COM ARAUCÁRIA: DAS FAZENDAS DE POUSO ÀS PROPRIEDADES EXTRATIVAS.....	47
3.2	A ATIVIDADE ERVATEIRA E O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS NA REGIÃO DA FLORESTA COM ARAUCÁRIA DO PARANÁ.....	56
4	A EXTRAÇÃO E O BENEFICIAMENTO DA ERVA-MATE NA ATUALIDADE: DOS FAXINAIS À INDÚSTRIA ERVATEIRA.....	64
4.1	A PRODUÇÃO DA ERVA-MATE NO PARANÁ.....	65
4.2	A PRODUÇÃO DA ERVA-MATE NA REGIÃO DA FLORESTA COM ARAUCÁRIA.....	68
4.3	AS EMPRESAS E AS ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR A AMPLIAÇÃO DE SEUS CAPITAIS.....	79
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
	REFERÊNCIAS.....	91

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho vem se desenvolvendo a partir de algumas questões levantadas a respeito da produção camponesa no Paraná na atualidade, mais precisamente daquela localizada na porção do Estado onde se encontram os fragmentos das Florestas Mistas¹ com a presença da Araucária.

Esta porção do Estado, que abrange as meso-regiões classificadas pelo IBGE (2004) como Centro-sul e Sudeste paranaense, tem suas características singulares por apresentar uma forma de organização camponesa única, conhecida como Sistema Faxinal. Os Faxinais se encontram nesta região por mais de 200 anos, produzindo e reproduzindo suas relações através do extrativismo vegetal da erva-mate, da madeira e do pinhão; a criação de animais à solta para o consumo interno e a policultura alimentar, tanto para o comércio como para o próprio consumo.

A erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) é uma planta cujo ambiente natural de ocorrência é bastante restrito, limitando-se apenas ao sub-bosque da Floresta com Araucária. Sua presença em grandes quantidades constitui os ervais nativos. Alguns desses ainda podem ser encontrados remanescentes nos fragmentos restantes da Floresta com Araucária. Esta planta é de grande importância econômica, pois a sua folha, depois de beneficiada, é utilizada para a elaboração de vários produtos, entre eles, o mate para o chimarrão, cujo consumo é difundido em países como Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, além do Brasil.

A ocupação das Florestas Mistas do Centro-sul paranaense, em meados do século XIX, esteve intimamente ligada à extração da erva-mate e da madeira. Com o declínio do tropeirismo, as fazendas de pouso e invernagem das tropas, nas regiões campeiras, começaram a entrar em colapso e a busca de uma nova atividade se fez necessária, o que levou a atividade de extração e beneficiamento da

¹ Para efeitos dessa pesquisa, não há distinção entre os termos Florestas Mistas do Centro-sul e Floresta com Araucária. Ambas referem-se à porção do Estado do Paraná sob domínio da formação *Floresta Ombrófila Mista* conforme será explicitado mais adiante.

erva-mate a ocupar lugar de destaque no cenário econômico do Paraná a partir de meados do século XIX. Assim, a região da Floresta com Araucária do Paraná passou a ter grande importância econômica para o estado.

Os Faxinais são exemplos dessas comunidades que se beneficiaram com a extração da folha verde da erva-mate no período em que esta atividade foi de grande importância econômica na região. Mesmo não sendo mais a extração e o beneficiamento da erva-mate de grande importância econômica na atualidade, os Faxinais permanecem nas florestas produzindo e reproduzindo suas relações. A extração da folha verde ainda é feita. Além de fonte de matéria prima para as indústrias ervateiras estabelecidas nesta região, a erva-mate também é fonte de renda complementar para as famílias faxinalenses. Algumas das empresas que beneficiam essa matéria prima são ligadas ao grande capital, com grandes somas de investimentos neste setor, tendo a produção também voltada para a exportação.

A indústria ervateira, ao adquirir a matéria prima dos pequenos produtores, incorpora a produção camponesa ao seu modo de produção por meio dos atravessadores. Estes atravessadores são autônomos. Nos períodos de safra da erva-mate eles passam nas comunidades para negociar a compra da folha verde com os camponeses. Em alguns casos, esses atravessadores são funcionários da própria indústria, em outros, eles têm uma empresa própria que oferece serviço de poda e transporte para as empresas.

Apesar do auge da produção da erva-mate ter perdurado por quase um século no Estado do Paraná, da segunda metade do século XIX ao início do XX, esta não se mostra apenas como um resíduo da história na atualidade. A atividade de extração e beneficiamento da erva-mate no Paraná permanece com níveis significativos de produção até os dias atuais.

A produção da erva-mate na região aparece, assim, como uma relação datada na história. No presente momento, ela reflete a complexidade da relação entre os faxinalenses e a indústria do mate. Apreender a evolução do tempo nos Faxinais é perceber que a erva-mate faz parte de uma teia de relações sociais que

não se limita somente a estes, e que se constrói com o movimento da história. Assim, o tempo não dissolve as relações, mas as inovam².

O presente trabalho orienta-se na identificação dessas relações que permeiam a vida dos faxinalenses na atualidade. Tais relações expressam-se através de confrontos travados no âmbito político e econômico, tanto internamente como externamente às comunidades.

O que se verifica na produção da erva-mate são temporalidades desencontradas e coexistentes. Desencontradas porque não se produz mais erva-mate como até aproximadamente 20 anos atrás nos Faxinais. Coexistentes porque a extração da erva-mate nos Faxinais permanece e resiste até a atualidade, mesmo com a incorporação de novas culturas que representam fonte de renda para os faxinalenses, como a do fumo.

Neste sentido, objetiva-se compreender quais os interstícios dessa relação - entre os Faxinais e a indústria do mate - com base na monopolização do território pelo capital. Para garantir que o capital se reproduza de forma ampliada, ele incorpora relações não-capitalistas de produção ao seu modo³. O capital não se territorializa, mas monopoliza o território através da extração da renda da terra e da monopolização do produto da força de trabalho camponesa⁴. Essa forma se evidencia em vários exemplos na agricultura brasileira, em terras onde predomina a produção não-capitalista. Assim, o contato do modo capitalista de produção com forças alheias à sua lógica, como no caso dos camponeses, acaba produzindo um emaranhado de relações que passam a se configurar a partir dessas duas frentes de avanço: territorialização e monopolização do território. Ambos os casos têm sido observados nos Faxinais do Centro-sul do Paraná em pesquisas recentes⁵. As

² “Não há reprodução de relações sociais sem uma produção de relações ... No interior de cada sociedade e no interior de cada um agita-se a efervescência dessa coexistência de modos, mundos, relações, concepções que não são contemporâneos. Ou, a contemporaneidade da superfície não corresponde à idade do que coexiste” (LEFEBVRE *apud* MARTINS 1996a, p. 22-23).

³ Autores como Shanin (1980), Moura (1986), Martins (1996b), Oliveira (1999) e Paulino (2006) defendem a tese de que o campesinato, mesmo se reproduzindo de forma não capitalista, recria suas relações no modo capitalista de produção.

⁴ Esta ocorrência se dá mais precisamente no instante da extração da matéria prima.

⁵ Hauresko (2005) e Schuster (2006).

preocupações postas nesta pesquisa, porém, referem-se mais ao segundo caso, em que esse território, produzido por relações camponesas, acaba sendo monopolizado através da sujeição da renda da terra ao capital.

Pergunta-se, portanto, quais as razões que levam os Faxinais a manterem sua estrutura organizada como camponesa na atualidade? Se de fato são camponeses, como vem se dando o processo de luta e resistência frente ao avanço do capitalismo no campo? A produção da erva-mate aparece como um elo da relação entre os Faxinais e a indústria capitalista, sendo que aqueles se constituem como fornecedores da matéria prima folha verde para estes. Toma-se como desafio não somente identificar, no universo faxinalense, os fragmentos temporais, mas relacioná-los à luz de um movimento histórico mais amplo.

Entende-se, assim, que relações sociais e concepções de meio são construídas a partir da atuação dos seres humanos sobre a natureza na necessidade social de se suprir as suas carências. Assim cada ser humano modifica, revoluciona a sociedade e revoluciona-se enquanto ser social criando novas possibilidades na produção da sua existência; torna-se produtor do seu próprio destino, mas ao mesmo tempo se faz refém dele, a ponto de não mais ter poder sobre a plataforma na qual se edificou. Através do tempo o ser humano se transforma e transforma o seu meio, “modifica, edifica a sua humanidade, agindo sobre as condições naturais e sociais de sua existência, as condições propriamente econômicas” (MARTINS, 1996a p. 19). Na essência estão as relações sociais de produção - elas são sociais porque independem da vontade individual dentro do processo produtivo.

O trabalho de campo foi realizado em vários Faxinais nas regiões Centro-sul e Sudeste do Paraná, nos municípios de Prudentópolis, Rio Azul e Rebouças. Porém, elegeram-se três comunidades em que o trabalho se aprofundou, com um tempo de permanência na localidade no período da extração da erva-mate, para a realização das entrevistas, coleta de dados e apreensão da cadeia produtiva da erva-mate na sua etapa extrativa. São eles os Faxinais Marmeleiro de Cima e

Marmeleiro de Baixo, no município de Rebouças e o Faxinal Paraná Anta Gorda em Prudentópolis. A fim de se compreender a cadeia produtiva da erva-mate como um todo e também de se obter informações a respeito das estratégias de algumas empresas ligadas ao ramo da erva-mate - principalmente aquelas que apresentam grandes somas de investimentos, foram feitas visitas a algumas plantas industriais nos municípios de Fernandes Pinheiro, Irati e São Mateus do Sul, todas elas localizadas próximas aos Faxinais.

As reflexões desenvolvidas em torno da problemática em investigação foram estruturadas em três partes. Na primeira parte do trabalho são tratadas questões referentes às bases que levaram à consolidação de uma classe camponesa na região das Florestas Mistas com a presença da Araucária, conhecida como Faxinais, e também a lógica de sua organização e as relações com o mundo externo. Nessa parte, os Faxinais pesquisados são descritos nas suas totalidades. Também é feito um resgate quanto à sua situação histórica na formação da estrutura fundiária do Paraná.

Na segunda parte, busca-se analisar o processo de configuração do território da erva-mate no Paraná, levando-se em conta o recorte espacial da pesquisa. Neste sentido, procura-se, através do resgate histórico, identificar os diferentes momentos da produção da erva-mate e da consolidação dos Faxinais.

Por último, na terceira parte, pretende-se compreender a lógica do movimento do capital no campo frente à produção camponesa através da monopolização da força de trabalho. Portanto, busca-se elucidar as relações entre estrutura produtiva e força de trabalho, vinculadas à erva-mate, resgatando os seus segmentos desde os Faxinais até o produto industrializado ofertado ao comércio na atualidade.

*Cidade
Sem muros nem ameias
Gente igual por dentro
Gente igual por fora
Onde a folha da palma
afaga a cantaria
Cidade do homem
Não do lobo, mas irmão
Capital da alegria*

*Braço que dormes
nos braços do rio
Toma o fruto da terra
É teu a ti o deves
lança o teu desafio*

*Homem que olhas nos olhos
que não negas
o sorriso, a palavra forte e justa
Homem para quem
o nada disto custa
Será que existe
lá para os lados do oriente
Este rio, este rumo, esta gaivota
Que outro fumo deverei seguir
na minha rota?*

(Utopia; letra e música de José Afonso)

2 O CAMPESINATO E OS FAXINAIS

Algumas comunidades agrárias da região Centro-sul do estado do Paraná, conhecidas como de Faxinais, estão ligadas as formas específicas de uso da terra. Tais formas, representadas pelo uso coletivo das terras, na qual a criação de animais se dá livremente sem a presença de cercas, não encontra semelhança em outras partes do país. A forma de organização interna, composta pela divisão entre os criadouros comunitários e as terras de plantar, faz parte de um conjunto de relações cujo principal fundamento está na produção para a garantia de reprodução da condição na qual os faxinalenses se encontram.

Nesta parte, procura-se abordar as principais correntes que tratam da organização camponesa diante das transformações da sociedade no mundo contemporâneo, juntamente com a desmistificação da idéia de que estes camponeses estão passando por um processo de transformação em pequenos capitalistas. Posteriormente serão tratados os Faxinais dentro da sua lógica interna de recriação dentro do modo capitalista de produção.

2.1 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PRODUÇÃO CAMPONESA NO BRASIL

Para compreender os camponeses no Brasil se faz necessário, primeiramente, entender os camponeses como uma classe que compõe a sociedade capitalista moderna. Mesmo sendo os camponeses organizados em torno de uma estrutura produtiva cujo objetivo não é a acumulação de capital, estes se encontram inseridos no modo capitalista de produção. Dessa forma, parte-se do princípio que o capitalismo, cujas relações produtivas estão calcadas na separação dos detentores do capital e dos detentores da força de trabalho na sua essência, também incorpora agentes sociais inseridos em uma organização produtiva não-capitalista, como no caso dos camponeses (MARTINS, 1996b). Portanto, o campesinato vem representar uma classe social única, ligada à propriedade da terra, que não se

identifica, nem com os detentores do capital, nem com os detentores da força de trabalho, mas inserida em relações de produção cujo fim é a acumulação do capital.

Esta forma de se entender os camponeses (a partir da sua recriação no modo capitalista de produção) não é compactuada por todos os representantes nas esferas do pensamento social e econômico. Seguindo a idéia que o modo capitalista de produção está dividido em apenas duas classes (patrões e empregados), torna-se difícil inserir o campesinato nos moldes sociais do mundo moderno. O que se faz, de acordo com esse pensamento, é colocar os camponeses como um resíduo da história, em vias de desaparecimento. Adeptos dessa corrente estão ligados a autores clássicos como Karl Kautsky e Maurice Dobb que discutem o fim do campesinato quando o feudalismo entrou em declínio na Europa. Ambos os autores afirmam que o campesinato tende a desaparecer quando suas forças produtivas entram em contato com o modo capitalista de produção - que o camponês, ao produzir para o mercado, acaba concorrendo com a indústria urbana, de maior competitividade, o que provoca assim a sua dissolução.

Uma das afirmações de Kautsky (1980) é de que “o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo suas antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas” (pp. 29-30). Quando a indústria urbana avança para o campo, esta penetra no interior da sociedade camponesa, fornecendo seus produtos a preços mais baixos. “A superioridade da indústria urbana se tornou tão grande, em muitos domínios que deu aos produtos da indústria camponesa o caráter de artigos de luxo” (p. 31).

A concorrência entre os produtos artesanais de origem camponesa e os manufaturados pela indústria urbana, vendidos por preços mais em conta, levou aquela produção à ruína, visto que uma troca era necessária para que se garantisse a sobrevivência de cada artesão. Dessa forma, a indústria urbana tirou do camponês a supremacia de sua indústria e, conseqüentemente, provocou a dissolução da sua forma de organização (cuja produção de gêneros era basicamente voltada para o consumo próprio) e interrompeu a troca estabelecida com os senhores feudais. A

partir do momento em que os senhores feudais passaram a não consumir mais produtos de origem camponesa, o camponês se tornou cada vez mais dependente do mercado e, conseqüentemente, necessitando de dinheiro para suprir suas necessidades.

De acordo com Maurice Dobb (1980), a agricultura camponesa teve um forte incremento com a presença do capitalismo. Os camponeses se subdividiram em duas classes distintas: uma composta por agricultores que passaram a arrendar suas terras e que se tornaram capitalistas do campo, e outra de camponeses que se empobreceram e acabaram se tornando proletários.

Entre eles se desenvolveu um setor importante de camponeses mais ricos ou pequenos proprietários, que, ao prosperarem, aumentavam seus campos por arrendamento ou comprando terras, tornando-se eventualmente usuários com relação a seus vizinhos mais pobres e transformando-se em fazendeiros de grandes posses que se apoiavam no trabalho assalariado recrutado em meio às vítimas dos cercamentos dos campos ou aos aldeões mais pobres (DOBB, 1980 p.131).

Diante da exposição desses dois autores percebe-se que o capitalismo subjugou formas mais tradicionais de produção e implanta o seu modo baseado em apenas duas classes distintas: os detentores do capital e os detentores da força de trabalho. O que aparece, de acordo com estas interpretações, é que duas das causas do desaparecimento do campesinato europeu estão ligadas a esses fatores principais: de um lado a concorrência com a produção capitalista (KAUTSKY, 1980), do outro a diferenciação, que daria origem a duas classes antagônicas – os camponeses enriquecidos (capitalistas) e os camponeses empobrecidos (proletários), como exposto por Dobb (1980). Dessa forma, dentro do mundo capitalista os camponeses acabam por não ter lugar definido e se tornam assalariados ou pequenos empresários, ambos inseridos no sistema.

É fato que essas interpretações foram elaboradas sob a influência cada

qual de sua época. Toda carga ideológica envolvida para a sistematização das idéias teve como referência o momento histórico por qual passava cada autor. A *Questão Agrária* de Kautsky foi escrita em um período em que havia muitas opiniões divergentes dentro de um único pensamento, como era na social-democracia alemã. Porém, não se deve descartar as idéias contidas nessas obras, pois elas constituem valiosa contribuição para a formação do pensamento contemporâneo. Neste caso, cuidados devem ser tomados quanto à forma como se processa a interpretação dessas idéias e a transposição delas para uma realidade atual.

Outra interpretação é a de que os camponeses não se proletarizam, e estabelecem pequenas empresas familiares nos moldes da chamada “agricultura familiar”. Seguindo este caminho, encontram-se autores como Ricardo Abramovay. Este aponta para uma polarização da sociedade como um todo (detentores dos meios de produção e detentores da força de trabalho) e afirma que os camponeses formam sim uma classe, porém não inserida no modo capitalista de produção e que não compõe a sociedade capitalista contemporânea. Portanto, se o capitalismo se desenvolve através da submissão de todas as esferas da vida social à sua condição atomizada, ele acaba por eliminar dessa mesma sociedade a produção familiar de origem camponesa.

Partindo de leituras da obra de Marx (*O Capital*), Abramovay (1998) reafirma que não existe a noção de solidariedade e companheirismo que se expressa através das relações de compadrio, típicas de sociedades camponesas quando a produção é conciliada, tanto para o mercado quanto para o próprio consumo.

O produtor mercantil tem sua existência cindida por sua dupla condição de só poder satisfazer seus interesses quando se volta para o outro: não, porém, num processo de colaboração direta e imediatamente social, mas no

mercado. O que caracteriza a socialidade no mundo das mercadorias é exatamente a divisão contida em cada produtor – e em seus respectivos produtos – entre sua natureza particular e seu caráter social (p. 33).

A polarização, desenvolvida por Marx e que aparece na obra de Abramovay (1998), nada mais é que a fixação de um sistema produtivo calcado em uma diferenciação social entre os produtores. De um lado o trabalho abstrato como condição para a reprodução social (no caso da classe operária) e do outro a classe burguesa, cuja posse dos meios de produção leva também à posse do trabalho, transformando este em mercadoria.

É na falta do controle racional das relações de dependência criadas entre os homens para garantir a reprodução da vida que o trabalho assalariado aparece como forma quase única que permite a manutenção da condição social. O salário, portanto, é fruto de uma relação, mediada pelo capital, e criada para a manutenção de um sistema em que o controle direto da produção não cabe àquele que produz. Aparece, assim, no meio agrário, um sujeito coletivo, responsável pela produção social, mas preso pela sua submissão a proprietários privados.

A partir do momento em que se cria o trabalho coletivo, ligado à propriedade comum da terra e dos meios de produção, o trabalhador resolve as contradições da sua classe - instaura-se uma nova relação, baseada na “cooperação consciente e voluntária entre os indivíduos”, porém oriunda do próprio desenvolvimento capitalista.

Neste sentido, o trabalho acaba tendo um duplo caráter, sendo privado e social ao mesmo tempo, expresso em uma contradição que permeia a divisão da sociedade baseada em duas classes antagônicas.

É na polarização dada pelo duplo caráter da própria socialidade no mundo das mercadorias que se encontra a redução a apenas duas das classes em luta para a formação de um mundo novo.

Se este é o empreendimento, de fato não tem sentido, em tal plano de análise, estudar qualquer outra forma de organização social, senão em sua relação com o desenrolar da tragédia e, portanto, sob este prisma, nada

mais lógico que os camponeses, quando mencionados, apareçam como espécie fatalmente condenada à diferenciação, e conseqüentemente à eliminação total (pp. 34-35).

Dessa forma, com base em suas interpretações de Marx, Abramovay (1998) não nega a existência de unidades familiares de produção inseridas no capitalismo, porém, não as considera como camponesas, pois a submissão ao sistema leva à diferenciação, em que o trabalho familiar se confunde muitas vezes com o individual numa produção voltada exclusivamente para o mercado. Esses produtores familiares tornam-se, por vezes, micro-empresários e acabam transformando suas propriedades em pequenos empreendimentos.

O estabelecimento de unidades familiares de produção ligadas diretamente ao capital, que Abramovay (1998) afirma, provém de interpretações que ele faz sobre o advento dessas pequenas propriedades como decorrente do fim do campesinato em países europeus e nos Estados Unidos. Porém, Martins (1986) já salientava sobre o problema de transpor concepções de outras realidades históricas para adequar e explicar o meio rural brasileiro. Acontece, dessa forma, que “o destino do camponês brasileiro passa a ser concebido através de um entendimento estrangeiro do destino de camponês” (p. 23).

Ora, diferenças existem quando se faz comparações com o camponês europeu, por exemplo. Este tem suas origens no feudalismo, em que a submissão era perante o senhor feudal, na qual era desenvolvida uma relação cujo fim não era o acúmulo de riquezas em forma de capital. No caso brasileiro, os camponeses apareceram já submetidos a um fazendeiro ou senhor de engenho, ligado a um processo mercantilista nos moldes da acumulação primitiva do capital no período colonial. As novas relações que se estabeleceram quando se iniciou o processo de colonização do Brasil já nasceram sob a égide do modo capitalista de produção. Fato este diferente de relações que se consolidaram na Europa em um momento histórico pré-capitalista.

Assim, encontra-se uma outra forma de compreender o processo de

avanço do capitalismo no campo no Brasil, em que os camponeses não desaparecem nem pela via da diferenciação, nem pela via da transformação em proletários, mas se recriam no modo capitalista de produção.

Para ir de encontro a esta afirmação, tem-se como ponto de partida a compreensão do camponês na atualidade a partir da sua lógica de reprodução e os conflitos travados com forças alheias ao seu modo de produção, enquanto seres sociais, produtores e reprodutores do espaço. Assim afirma Shanin (1980):

O camponês deve ser compreendido ... através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo (p. 52).

A produção camponesa não é voltada exclusivamente para o mercado. Na necessidade de obterem renda complementar para a aquisição de bens essenciais que garantam sua reprodução, os camponeses destinam parte da sua produção ao comércio. A comercialização do excedente aparece como uma necessidade para adquirir utensílios que faltam às condições essenciais à manutenção da sua vida, como vestimentas e ferramentas de trabalho. Portanto, tudo que se recebe em dinheiro como decorrente da venda de mercadoria excedente é trocado novamente em mercadoria para que sejam atendidas as necessidades para a reprodução da sua condição. A propriedade da terra, neste caso, funciona como um instrumento de garantia dessa produção e, portanto, da reprodução camponesa. O trabalho empregado neste caso é familiar. Em alguns casos existe a contratação de força de trabalho alheia à família, para a qual o pagamento pode ser feito ora com parte da produção, ora em dinheiro, ora com trabalho.

Essas relações, existentes entre os próprios camponeses, não são tipicamente capitalistas por duas razões. Primeiro porque o trabalho não é executado por funcionários assalariados, mas sim por pessoas da mesma família ou da própria comunidade numa relação de compadrio. Segundo porque o detentor

dos meios de produção, que é este pequeno proprietário camponês, também é o detentor da força de trabalho empregada no seu próprio meio. Assim, a força de trabalho não aparece como uma mercadoria no sentido capitalista, pois esse detentor dos meios de produção não precisa de desprendimento de capital para a contratação da mesma.

O fruto do trabalho camponês aparece como de usufruto do próprio camponês e a troca que ele estabelece com o mundo externo capitalista, seja pela venda e compra de mercadorias, representa uma forma de manutenção da sua condição, sem a necessidade de obter o lucro.

Conforme observado por Paulino (2006):

Enquanto na agricultura capitalista, a mercadoria primordial dos trabalhadores é a força de trabalho...nas unidades camponesas a inserção dos trabalhadores não se dá nesses mesmos moldes, pois o que eles têm a oferecer não é a mercadoria força de trabalho, mas a renda camponesa da terra (p. 29-30).

Neste caso, Paulino (2006) se refere ao fato de que o camponês não extrai para si a fração da mais valia correspondente à renda da terra, pois o que interessa a ele não é a obtenção do lucro visando o acúmulo de riquezas.

Nestes moldes, aumento da produção não significa aumento de investimentos na busca do lucro, mas sim melhoria na condição de vida. Dessa forma, os camponeses deixam esta renda para as indústrias que adquirem seus produtos numa relação estabelecida através da troca. Daí pode-se compreender quando alguns autores afirmam que o camponês paga à sociedade inteira para poder produzir os alimentos que esta consome (OLIVEIRA, 1986).

Acontece, portanto, nessa relação, a monopolização da força de trabalho camponesa. Os capitalistas, ao irem para o campo, se apropriam da força de trabalho camponesa e, conseqüentemente, não causam a sua dissolução, mas sim a manutenção da sua forma de reprodução. Isto faz com que os camponeses se insiram no sistema, porém mantendo a sua lógica de produção. Isto se dá pelo fato

de eles não demandarem custos na contratação da força de trabalho e de não extraírem a renda da terra, pois retiram dela apenas o suficiente para garantir a sua reprodução, tanto para o próprio consumo como para o comércio. Neste caso, na produção camponesa a terra tem um “valor de uso”, diferente da produção capitalista propriamente dita, em que ela aparece como um investimento para se obter mais lucro.

Como é observada por Oliveira (1997), a produção do capital não é fruto de relações puramente capitalistas, seja por meio do capital ou do trabalho assalariado, ela envolve também relações não-capitalistas. Quanto ao desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo, este acontece pela sujeição da renda da terra ao capital, tanto através da compra da terra para exploração ou venda, como pela subordinação da força de trabalho camponesa. “O fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois, a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra” (OLIVEIRA, 1997).

Os capitalistas acabam extraíndo a renda camponesa da terra em forma de mercadoria (OLIVEIRA, 1986). Os casos mais comuns de renda camponesa aparecem quando existe a meação, por exemplo, ou seja, o proprietário cede parte de suas terras para o meeiro plantar. Na hora da colheita este destina parte da sua produção ao proprietário como pagamento por ter utilizado suas terras. Mesmo levando-se em conta a generosidade da safra, divide-se meio a meio a produção.

Uma outra renda é em produto, que pode ser subdividida em duas formas. Uma quando o proprietário cede somente a terra e o trabalhador (meeiro) entra com o trabalho, os insumos e as ferramentas. Outra quando o proprietário fornece tudo (insumos e ferramentas) e até adianta parte em dinheiro, para depois abater os gastos com a safra.

Um exemplo que pode ser notado no Centro-sul do Paraná é no processo de extração da erva-mate. Os pequenos produtores rurais, na figura dos faxinalenses, extraíam a erva-mate anualmente em seus ervais. O proprietário do erval era o camponês, todo o trabalho de cuidado com a planta e a poda ficava por

conta desse pequeno produtor. A folha verde extraída desses ervais era vendida aos atravessadores e posteriormente às indústrias⁶. O valor contido no produto folha verde é o valor da força de trabalho no momento da extração da mesma. Porém, conforme será explicitado mais adiante, verifica-se atualmente que esses camponeses estão deixando de empregar sua força de trabalho diretamente na produção da erva-mate, o que faz com que a extração dessa renda mude suas formas, mas continue a mesma.

A renda da terra em produto se configura como a essência do processo de monopolização do território pelo capital. Porém, uma outra forma de sujeição da força de trabalho camponesa aparece quando se institui o trabalho acessório. Moura (1986) assim afirma:

A extensão do capitalismo no campo não se dá simplesmente pelo advento de relações de produção baseadas na compra e venda da força de trabalho – portanto, na expropriação dos meios de produção do camponês. Na verdade o capitalismo se estende no campo quando se institui a propriedade capitalista da terra. A renda territorial capitalizada vincula imediatamente a atividade produtiva camponesa aos requisitos da reprodução ampliada do capital e às leis do mercado. O camponês passa a se vincular ao movimento do capital, na condição de produtor de mercadorias ou ao mesmo de trabalhador para o capital industrial, mesmo que continue habitando sua parcela da terra (p. 64-65).

A sobrevivência dos camponeses não depende do trabalho acessório, mas sim da preservação dos seus meios de produção. O trabalho acessório existe quando o camponês percebe que este se faz necessário nos casos em que as lavouras estão fracas ou quando os trabalhos empregados nas mesmas não garantem rendimentos suficientes para suas necessidades. Quando os ganhos podem ser maiores no trabalho fora da unidade de produção, a família reduz as atividades internas ao mínimo (CHAYANOV *apud* PAULINO, 2006).

Paulino (2006) comenta:

⁶ Conforme observado em campo, este processo acontece até os dias atuais, em alguns casos.

Não é exatamente a limitação da atividade interna imposta pela escassez dos meios de produção que leva os camponeses a deixarem a unidade ou realizarem trabalhos acessórios e sim a possibilidade de obterem ganhos maiores com o mesmo esforço físico (p. 49-50).

Ao determinar que o assalariamento temporário é inerente ao camponês e não causa a sua proletarização, entende-se que só é capitalista aquele que explora o trabalho alheio em prol da acumulação de capital.

Para Oliveira (1997), o trabalho acessório aparece como condicionado ao trabalho familiar:

Deve-se ter claro que o assalariamento em áreas em que conjunturalmente seja possível o aumento da renda diferencial nas mãos do camponês (que pode constituir-se em trabalho acessório do próprio camponês), pode tornar-se permanente através da presença dos trabalhadores temporários (p. 59).

É através da força de trabalho familiar que o camponês se recria, mecanismo esse no qual o trabalhador não está desassociado do seu trabalho, ou seja, o trabalho não é tido como uma mercadoria posta à venda a serviço do capital. O trabalho familiar é a condição para que o camponês seja dono dos seus meios de produção na qual a propriedade da terra se constitui como garantia. A partir dessa relação, articulam-se outras formas de trabalho como o assalariado, ajuda mútua e parceria como garantia para a reprodução da condição camponesa. Portanto, é a partir da família e do trabalho familiar que se constitui esse emaranhado de relações que precisa, em alguns momentos, tomar outras feições para a manutenção da hegemonia camponeses nas relações de produção.

Um exemplo notado em campo no Faxinal Marmeleiro de Cima foi com relação à colheita da batata em fazendas vizinhas. Muitas vezes, tem-se esse trabalho como uma forma de desarticulação das comunidades, pois o trabalho assalariado passa a tomar cada vez mais espaço na pauta produtiva da comunidade, porém, percebe-se que ele se processa apenas nos períodos de safra.

Após a colheita esses trabalhadores retornam para cultivar cada qual a sua própria roça.

Dessa forma, uma questão que se coloca, é a de como inserir a produção familiar camponesa, descrita acima, nos moldes pré-estabelecidos da agricultura familiar, como foi definido por Abramovay (1992).

O termo agricultura familiar, segundo Bombardi (2003), foi introduzido na década de 1990 para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado. A autora aponta que, muito mais do que uma definição conceitual, o termo agricultura familiar é tratado ideologicamente como um modo mais avançado de se produzir no campo e o campesinato com algo ultrapassado, fadado ao desaparecimento.

Se tomarmos o território como categoria de análise, faz-se uma grande diferença falar em campesinato ou em agricultura familiar, fundamentalmente porque a questão das relações sociais se configura como essenciais. Trabalhar com o conceito de camponês ... significa entender o camponês inserido no modo capitalista de produção. É possível compreender como o campesinato não só perdura, mas se reproduz no interior do capitalismo. Esse processo de reprodução do campesinato no modo capitalista de produção se dá exatamente pela necessidade que o próprio capital tem de relações que não são capitalistas para o seu desenvolvimento. Se não se enxergam as relações não é possível ver uma unidade territorial sendo forjada, quanto mais compreendê-la (p. 111).

Entende-se, de acordo com a afirmação de Bombardi (2003), que o momento da análise se processa a partir das relações estabelecidas entre seres sociais naquilo que se tem de essencial no processo de reprodução de uma sociedade. A partir daí configura-se o território. Dessa forma, a autora reforça a idéia de que a diferença entre agricultura familiar e produção familiar de origem camponesa só é percebida quando se busca compreender a reprodução dessas formas na sua essência, no seu interior.

Ao adentrar-se à lógica de reprodução de ambas as formas de agricultura, percebe-se que diferenças existem no plano conceitual, ou seja, na forma de enxergá-las - na essência elas têm a mesma origem. Dessa forma, ao entender-se

as unidades familiares de produção, cria-se uma idéia de que os camponeses, com seus laços de solidariedade e companheirismo em uma forma de produção cujo objetivo é a reprodução da vida enquanto comunidade e não individual, representam algo ultrapassado e uma outra forma de organização produtiva familiar, com a estrutura interna de produção voltada totalmente para o mercado, na qual se cria uma total dependência do capital como um modelo de desenvolvimento.

Assim, o sentido de luta, na produção camponesa, se expressa cotidianamente naquela cujo fim é a garantia do ser social, do ser coletivo e da vida. Muitas vezes, conforme observado, essa luta acaba sendo incorporada a interesses mais de cunho monetário do que social, mas não deixa de lado o seu fim, o seu objetivo.

É neste sentido que a forma de organização camponesa dos Faxinais será tratada a seguir – na organização da sua estrutura interna e na relação com formas organizacionais externas.

2.2 A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA DOS FAXINAIS NA FLORESTA COM ARAUCÁRIA DO PARANÁ

A Floresta com Araucária corresponde a uma formação do bioma Mata Atlântica conhecida como *Floresta Ombrófila Mista*. Esta formação, que pode ser encontrada tanto no Planalto da Serra da Mantiqueira em Minas Gerais quanto na região serrana do Rio Grande do Sul, tem uma característica singular por apresentar, dentre outras espécies nativas em sua paisagem, a Araucária.

O Estado do Paraná, que apresenta ambiente propício para esta formação, teve originalmente 37% do seu território ocupado pela *Floresta Ombrófila Mista* no período colonial, o que correspondeu a uma área total de 73.780 km² espalhados pelos três Planaltos Paranaenses (MAACK, 1981). Atualmente, esta área encontra-se reduzida e corresponde a um total de 1.600 km², com alguns poucos fragmentos encontrados nos dois primeiros Planaltos, mais precisamente nas regiões Centro-sul

e Sudeste do estado (IPARDES, 2007). Atribui-se a redução dessa área à atividade predatória da extração de espécies nativas dessa floresta para o comércio da madeira, como a Araucária e a Imbuia. Esta atividade se estendeu por todo o Sul do Brasil, do fim do século XIX a meados do século XX.

Contrapondo-se à extração da madeira, outra atividade de grande importância econômica para o Paraná, que ganhou força no início do século XIX, é a extração da folha verde da erva-mate. A extração da erva-mate é uma atividade cujo principal fundamento está na preservação da floresta, pois os ervais nativos dependem dela para se desenvolver, principalmente da Araucária. Esta espécie proporciona sombreamento à erva-mate, que se apresenta em um estrato inferior. Assim, atribui-se em parte à erva-mate o fato de haver remanescentes da Floresta com Araucária no Paraná, na atualidade (foto 1).



FOTO 6 - ERVAL EM MEIO ÀS ARAUCÁRIAS NO FAXINAL PARANÁ ANTA GORDA
FONTE: MARCELO BARRETO, 2007

Foi neste período (século XIX), como decorrente da extração da folha verde da erva-mate, que se intensificou a ocupação das florestas mistas do Centro-sul. Habitantes de diferentes lugares, sobretudo de origem camponesa, formaram

diversas comunidades na região, em diferentes períodos. Foram os agregados das antigas fazendas de pouso e invernagem dos Campos Gerais, em meados do século XIX, e os imigrantes, principalmente os de origem eslava (poloneses e ucranianos), os que mais contribuíram para o aumento do número de comunidades rurais que já existiam nesta floresta. Em outras situações, houveram também camponeses fugidos tanto da Guerra do Contestado (1912-1916) como da Revolução Federalista (1893-1895), que não só se integraram às comunidades existentes em diferentes localidades, mas que deram origem a outras novas comunidades⁷.

Existem diversas interpretações sobre a origem dos Faxinais. Autores como Chang (1988) entendem o Sistema Faxinal como uma forma de organização camponesa específica da região Centro-sul do Paraná, cuja consolidação esteve relacionada à extração da erva-mate no século XIX. A extração da erva-mate nas florestas era consorciada com a pecuária (graúda e miúda), pois a cria ajudava no pasto da área, o que poupava o trabalhador na hora de fazer o roçado para manter os ervais livres de outras espécies de menor porte que poderiam comprometer o seu pleno desenvolvimento. Quando se incrementou a agricultura nessas áreas, surgiu a necessidade de cercar os animais, porém mantê-los à solta para continuarem com a tarefa do roçado.

Dessa forma, as cercas não delimitavam propriedades individuais dentro da floresta e sim contemplavam propriedades contíguas em um mesmo espaço, o que levava a uma forma comunal de uso da terra, pois todos integrantes da comunidade acabavam tendo o direito de usufruto dessas propriedades - formava, assim, o criadouro comunitário. A construção e a manutenção das cercas eram tarefas de todos os membros da localidade em que cada um era responsável pela parte da cerca que correspondia à sua parcela de terra.

O criadouro aparecia como uma vantagem. Primeiro porque, apesar da propriedade ser particular, seu uso para a criação dos animais era coletivo - apenas

⁷ Citado por Nerone (2000), o exemplo de um Faxinal que se formou com camponeses fugidos da Revolução Federalista, que culminou com o episódio do Cerco da Lapa, e provenientes deste município, foi o Faxinal Lapeano em Rebouças. Atualmente este Faxinal não existe mais.

no caso dos ervais e outras espécies vegetais que era de usufruto do proprietário de cada terreno. Outra vantagem era que, pelo fato de as cercas serem construídas coletivamente, configurava-se dentro das comunidades um princípio de solidariedade, fundada sobre interesses mútuos.

O criadouro comunitário era de usufruto também dos que apareciam como agregados sem terra que contribuíam com a sua força de trabalho pelo direito de criar seus animais. Do outro lado, para os fazendeiros, essa contribuição não significava desprendimento de capital, pois a posse da terra aparecia como moeda de troca quando se necessitava um determinado serviço.

Outra interpretação acerca da origem dos Faxinais é encontrada em Nerone (2000). Em um resgate histórico, que vai além do elaborado por Chang (1988), esta autora procura identificar a configuração dos Faxinais a partir das missões jesuíticas espanholas que se estabeleceram em terras paranaenses no século XVI. Essas missões, provenientes de Assunção, avançaram por grande parte do Paraná por meio do contato com os índios Guaranis e a fundação de Reduções Jesuíticas. No Paraná, houve cerca de treze Reduções, em uma área que abrangeu todo o oeste do estado e estendeu-se até as proximidades de Ponta Grossa (NERONE, 2000).

A vida comunitária era o principal fundamento na organização das Reduções. O uso das terras era coletivo e o gado era criado em regime de compáscuo⁸. Cada família tinha o direito de ter seu próprio plantio, depois de cumpridas as exigências comunitárias. No interior das Reduções extraía-se também a erva-mate sendo que esta representava grande fonte de renda para a comunidade. O principal mercado nesta época (século XVI) era formado pelos espanhóis que se encontravam na bacia do rio da Prata e que já consumiam a erva-mate na forma de chimarrão. Esta forma de organização das Reduções, cujas bases estão na Península Ibérica e que foram trazidas pelos jesuítas espanhóis,

⁸ Juridicamente, o regime de compáscuo representa uma convenção em que vários proprietários de terras estabelecem que os animais de todos podem pastar em propriedades comuns.

serviu de embrião para a origem dos Faxinais (NERONE, 2000).

A forma de organização comunitária encontrada nas Reduções Jesuíticas do século XVI tem respaldo na vida dos Faxinais até a atualidade. Nerone (2000) identifica cinco pontos nos Faxinais, semelhantes ao encontrado nas Reduções Jesuíticas:

...a forma comunitária de vida, o uso comunal da terra para a criação de animais no criadouro comum, as atividades econômicas de subsistência e a coleta da erva-mate. As funções de Alcaide e corregedor [nas Reduções] correspondem, respectivamente, as de inspetor municipal e inspetor policial (de quarteirão) (p. 54).

Diante da interpretação de ambas as autoras (CHANG, 1988 e NERONE, 2000), percebe-se que a diferença está no plano da análise. Nerone (2000) procura identificar as bases da organização camponesa dos Faxinais numa perspectiva cultural - a partir de um modelo cujas origens estão na Península Ibérica e que foram trazidas pelos Jesuítas espanhóis no século XVI. Em uma outra perspectiva, Chang (1988) estabelece um momento na história que foi marcante para que se estabelecessem os Faxinais que foi quando a erva-mate se tornou produto de grande valor econômico no Paraná, a partir de meados do século XIX. Chang (1988) não nega que já havia camponeses de origem cabocla habitando as florestas antes do século XIX. Porém, aponta que a organização em torno do criadouro comunitário se tornou mais atrativa (no plano econômico) a partir da necessidade de se manter os ervais para usufruto por meio de uma atividade extrativa, já que a erva-mate era um produto de grande importância econômica neste período.

Sua formação [Faxinais] está associada a um quadro de condicionantes físico-naturais da região e a um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais que remonta de forma indireta aos tempos da atividade pecuária dos Campos Gerais no século XVIII, e mais diretamente à atividade ervateira na região das matas mistas no século XIX (p. 13).

É provável que a forma de organização camponesa dos Faxinais teve suas origens nas Reduções Jesuíticas, visto que são bastante nítidas as semelhanças entre ambas as comunidades. Porém, os apontamentos de Nerone (2000) são compreendidos como uma relação social que teve seu momento na história. Estes passaram por muitas modificações ao longo do tempo, com a incorporação de novos costumes e que ocasionaram em modificações dentro da estrutura interna das comunidades.

Vários foram os episódios na história do Paraná que influenciaram na organização interna do sistema produtivo e social dos Faxinais. Entre eles estão as bandeiras paulistas do século XVII. Estas marcaram a ocupação de origem portuguesa na região, as quais, além da busca de índios para o trabalho cativo, deixaram também, em cada lugar por onde passaram, a sua cultura e a sua forma de sociabilidade, já consolidadas, cuja origem remete à mistura dos índios com os portugueses, conhecida como cultura caipira (CÂNDIDO, 2003).

Outro episódio que também deixou sua marca na organização interna das comunidades faxinalenses foi a vinda dos imigrantes no fim do século XIX que trouxeram os seus costumes da terra de origem, principalmente os poloneses e ucranianos e que se adaptaram ao Sistema Faxinal da mesma forma que incorporaram suas formas específicas de socialização e técnicas de trabalho na lavoura.

É fato que uma organização em torno dos criadouros comunitários e das terras de plantar ganhou força a partir da ocupação das florestas do Centro-sul e Sudeste em busca dos ervaais nativos. Conforme explicitado, nos criadouros comunitários a terra é de propriedade particular, porém o seu uso é coletivo. Todos os integrantes da comunidade podem criar seus animais livremente. Nos criadouros não foi feita a derrubada da floresta durante o período em que este encontrou seu pleno desenvolvimento. As terras de plantar são usadas individualmente onde se encontram as lavouras que costumam ficar nas imediações dos criadouros comunitários (foto 2). Essas lavouras, que compõem culturas como do milho e do

feijão, são destinadas ao abastecimento do mercado. Apenas uma parte fica para atender às necessidades básicas do faxinalense (alimentação humana e animal).

Nestes casos, tem-se o trabalho familiar e o sistema de parcerias (puxirão) como principal nexo de coesão dentro da estrutura produtiva interna dos Faxinais, juntamente com o uso coletivo da terra. O princípio de solidariedade se expressa dentro de uma lógica em que a figura do ser humano passa a ter mais valor do que a dos objetos materiais. A secagem do feijão nos Faxinais Marmeleiro de Cima e Marmeleiro de Baixo é um exemplo de uso comunal da terra integrado ao trabalho familiar na atualidade. O feijão é plantado individualmente nas terras de plantar. Posteriormente a secagem acontece em um terreno localizado no criadouro comunitário onde o uso é coletivo, cada família tem o direito de utilizar o secador após a colheita (foto 3). Existe também, próximo as comunidades, um galpão pertencente à Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Rebouças da qual os Faxinais também fazem parte. Para dar maior visibilidade aos seus produtos no mercado, a Associação criou uma marca de nome “Alimento Sagrado”, na qual o diferencial está em uma produção ligada à substituição de agrotóxicos.



FOTO 7 - VISTA DO CRIADOURO COMUNITÁRIO: AO FUNDO (TERRENO DESCAMPADO)
ENCONTRAM-SE AS TERRAS DE PLANTAR; FAXINAL MARMELEIRO DE CIMA
FONTE: MARCELO BARRETO, 2006



FOTO 8 - LOCAL UTILIZADO PARA SECAR FEIJÃO NO CRIADOURO COMUNITÁRIO
FAXINAL MARMELEIRO DE CIMA
FONTE: MARCELO BARRETO, 2006

Como pode ser observado na foto 2, o criadouro comunitário do Faxinal Marmeleiro de Cima, no município de Rebouças, apresenta cercas no seu interior. Denominadas de feixes pelos camponeses, essas cercas acabam limitando o acesso de animais dentro do criadouro e as propriedades acabam tendo características meramente particulares, descaracterizando, assim, os Faxinais como um exemplo de uso comunal da terra. Elas aparecem como fator de contradição dentro do Sistema, pois a fração cercada do criadouro acaba deixando de ser de uso comunal para se tornar de uso exclusivo de seu proprietário. Se um integrante da comunidade se dá o direito de cercar suas terras, os outros também podem fazer o mesmo. São várias as razões que levam o proprietário a cercar suas terras, desde a necessidade de aumentar o plantio individual até o arrendamento e venda das terras.

Segundo o Sr. Amaro, faxinalense do Marmeleiro de Cima, a invasão da grande propriedade no criadouro ocorre quando o faxinalense arrenda suas terras para o grande agricultor confrontante. Além disso, aquele vai trabalhar na lavoura nas suas próprias terras arrendadas. Com o desenvolver do tempo, esta terra acaba sendo vendida para o grande proprietário.

Esta forma representa uma das causas de desestruturação do Sistema, que levou ao desaparecimento de vários Faxinais, principalmente na década de 1990. Um caso que ocorreu no Marmeleiro de Cima, observado em trabalho de campo realizado em julho de 2006, foi a venda de terras dentro do criadouro também a interessados provenientes do meio urbano com a finalidade de lá estabelecer chácara de lazer. Neste caso, o cercamento das terras acaba dando espaço a uma outra finalidade, alheia aos interesses da comunidade, às vezes mais próxima de uma realidade urbana do que do campo.

A diminuição do criadouro comunitário leva a consequências desastrosas para as comunidades. De acordo com Chang (1988), o avanço das forças capitalistas no campo aparece como fator principal de desarticulação do Sistema Faxinal através da “superação de uma forma mais tradicional de produção por uma

mais moderna, tecnificada e racionalizada dentro da lógica de acumulação capitalista”. Tal processo tem como ponto de partida o cercamento do criadouro, tanto para uso individual como para venda de terra a terceiros. Nestes casos, o próprio proprietário acaba se desligando da comunidade.

Um exemplo estudado por Schuster (2006) foi com relação ao Faxinal Saudade Santa Anita, no município de Turvo. Até a década de 1980, este Faxinal estendia seu criadouro comunitário por aproximadamente 13.300ha. Atualmente o criadouro conta com aproximadamente 754ha.

Entre os episódios que marcaram a trajetória do Saudade Santa Anita ao longo do tempo, está a modernização da agricultura, implantada na região a partir da década de 1970. Com a modernização, apareceu no entrono do Faxinal uma forma de agricultura voltada para o agronegócio, criação de empresas agrícolas e cooperativas. A expansão do agronegócio não encontrou limites e acabou avançando em áreas pertencentes ao Faxinal na qual foi implantada uma nova forma de organização produtiva. Dentre as atividades que mais contribuíram para a redução da área do criadouro no Saudade Santa Anita, estão a plantação de soja, milho e o reflorestamento de Pinus.

Segundo levantamento realizado por Marques (2004), existe atualmente no Paraná, cerca de 45 Faxinais, sendo que em cada um deles a estrutura produtiva se encontra organizada nos moldes do uso coletivo das terras (criadouro comunitário) (tabela 1). A área total das terras que aparecem como sendo de Faxinais no estado é de 26.189 hectares e desse total, 14.491 correspondem somente aos criadouros comunitários. Até meados do século XX, existiram pelo menos 152 Faxinais que ocuparam um quinto do território paranaense. Dentre os Faxinais que desapareceram no decurso do tempo, 56 estão desativados, mas ainda preservam a paisagem da Floresta com Araucária. Os 52 restantes estão totalmente extintos e a vegetação natural foi derrubada para dar lugar a outras atividades agrícolas, algumas delas ligadas às grandes plantações de soja (MARQUES, 2004).

MUNICÍPIO	NÚMERO DE FAXINAIS	ÁREA TOTAL DO CRIADOURO (ha)	NÚMERO DE FAMÍLIAS
PRUDENTÓPOLIS	11	5.346	1.245
TURVO	2	858	120
PINHÃO	1	18	13
REBOUÇAS	5	1.117	456
IRATI	4	1.107	180
RIO AZUL	4	1.039	221
MALLET	1	65	12
INÁCIO MARTINS	2	544	77
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	2	532	55
PONTA GROSSA	1	180	56
IPIRANGA	1	12	4
IMBAÚ	1	30	35
SÃO MATEUS DO SUL	2	86	47
ANTÔNIO OLINTO	1	1.200	151
MANDIRITUBA	5	2.180	435
QUITANDINHA	2	157	295
TOTAL	45	14.471	3.402

TABELA 1 – ESTADO DO PARANÁ: NÚMERO DE FAXINAIS, ÁREA DO CRIADOURO E NÚMERO DE FAMÍLIAS POR MUNICÍPIO NAS MESORREGIÕES CENTRO-SUL, SUDESTE E METROPOLITANA DE CURITIBA⁹
FONTE: ADAPTADO DE MARQUES, 2004

Segundo Cunha (2003), a dissolução dos Faxinais esteve ligada a um projeto de modernização influenciada por três vetores exógenos. O primeiro deles levou a cabo o projeto de incentivo à expansão das plantações de soja, que colocou uma forma de produção calcada nos moldes da chamada agricultura moderna no mesmo meio em que se encontravam os Faxinais. Em segundo lugar está o projeto de desenvolvimento rural, o PRÓ-RURAL, implementado na década de 1980, que fornecia créditos para fomentar a referida modernização da agricultura. No terceiro caso, o projeto de industrialização concentrada em Curitiba, ligado ao grande capital, deixou setores industriais da pequena produção regional voltados para um segundo

⁹ A tabela acima tem como finalidade demonstrar a distribuição dos Faxinais no Paraná. A área referente às terras de plantar não aparece pelo fato de haverem famílias que habitam o criadouro e fazem parte da comunidade, mas que não possuem terras no Faxinal.

plano, principalmente aqueles encontrados no interior do estado.

Esses planos de desenvolvimento, implantados no meio agrário paranaense, influenciaram no pensamento local que colocava os Faxinais como um modelo de produção atrasado e que atravancava o processo de desenvolvimento. Tal carga ideológica, baseada na industrialização da agricultura como forma única que levaria ao desenvolvimento, influenciava, inclusive, o pensamento de representantes da esfera do poder municipal em certas localidades.

A paisagem típica das florestas e das formas de sociabilidade apresentadas pelos Faxinais acaba se fragmentando pelo avanço de práticas ligadas ao mundo moderno. Muitas vezes, o próprio Sistema se conforma com tais práticas, alheia à própria forma de organização interna. Dessa forma, surgem territorialidades diversas no interior de cada comunidade, cuja finalidade está mais ligada a fatores externos do que internos.

Um exemplo é a produção do fumo. Hauresko (2005), ao pesquisar famílias de lavradores ucraino-brasileiros em Faxinais no município de Prudentópolis, por meio de uma análise qualitativa das realidades das famílias, procurou compreender como vem se dando o processo de mudanças sociais e estruturais frente à integração da produção familiar com as indústrias fumageiras. Como decorrente dessa integração, observa-se um processo de desarticulação. Segundo constatado pela autora foram identificados dois tipos de produção nessas comunidades: uma voltada para fora e integrada com o sistema capitalista e totalmente dependente, como no caso do fumo, e outra de subsistência que constitui um espaço de liberdade social.

Neste sentido, Hauresko (2005) afirma que:

A inserção da atividade com o fumo destrutura não necessariamente a família na sua composição, pelo contrário, apóia-se em muitos casos nas forças adicionais, como crianças e velhos, todavia, perturba o sistema integrado de decisões familiares. Quem manda agora no contexto da família é a própria empresa fornecedora de insumos que igualmente garante o pagamento da colheita (p. 5)

Este fato tem sido observado em trabalhos de campo que têm sido realizados no Faxinal Taquari dos Ribeiros, no município de Rio Azul por um grupo de pesquisadores dedicados ao estudo dos Faxinais. O fumo não impede que as famílias deixem de plantar para o próprio consumo. Por outro lado, ele é responsável pela inserção de um emaranhado de relações na localidade em que o tempo de trabalho se estende para outras horas, inclusive a de descanso, visto que, a secagem do fumo requer a permanência desse trabalhador junto ao secador por um período de mais de 24 horas. Foi observado também que esse trabalho envolve todos os membros da família (foto 4).



FOTO 9 - CRIANÇA SECANDO FUMO
FONTE: LUIZ ALMEIDA, 2007

Neste caso, verifica-se outra frente de avanço do capital em terras camponesas, mais precisamente na forma de monopolização do território.

Com o intuito de conter o avanço desse processo e de preservar os Faxinais, foi conquistado, no ano de 1997, o reconhecimento, frente ao Governo do Paraná, do modo de produção auto-sustentável conhecido como Sistema Faxinal com a lei 3.446/97. Esta lei considerou os Faxinais como Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR), o que possibilitou a inclusão dos mesmos no Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Dessa forma, os municípios que possuem Faxinais dentro de seus limites podem receber, pela Lei do ICMS Ecológico (Lei Complementar nº 59/91), o repasse de verba pelo Estado proveniente da arrecadação do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias).

Na maioria dos casos, estes recursos chegam até às prefeituras, mas muito pouco se destina aos Faxinais em forma de benefícios para as comunidades, conforme apontam Löwen Sahr & Cunha (2005). Estes autores acreditam que, mesmo com o reconhecimento do Sistema Faxinal como ARESUR e o incentivo do ICMS Ecológico, o processo de avanço das forças capitalistas em suas terras acaba não sendo contido e chamam para a necessidade de se pensar uma forma de atuação nos Faxinais a fim de garantir a preservação de suas especificidades.

No âmbito nacional também existem resistências quanto ao pleno reconhecimento dos povos tradicionais. Almeida (2005) indica que o reconhecimento jurídico-formal dos povos tradicionais, pelo fato de romper com a invisibilidade social caracterizada historicamente entre essas formas de apropriação dos recursos naturais, e a ameaça de transformações na então arcaica estrutura agrária brasileira acaba esbarrando nos limites da vontade política. Dessa forma, tais transformações provocariam efeitos diretos sobre a reestruturação formal do mercado de terras, revisão de cadastros rurais e recenseamentos agropecuários.

Tais formas de uso comum designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus

membros. Tal controle se dá através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. Tanto podem expressar um acesso estável à terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quanto evidenciam formas relativamente transitórias características das regiões de ocupação recente. Tanto podem se voltar prioritariamente para a agricultura, quanto para o extrativismo, a pesca ou para o pastoreio realizados de maneira autônoma, sob forma de cooperação simples e com base no trabalho familiar (ALMEIDA, 2005).

A territorialização, para Almeida (2005), é um fator de identificação dos laços solidários de ajuda mútua. Essa não é uma identificação com a terra, pois ela passa a ser, muitas vezes, ligada à apropriação temporária dos recursos. Assim, a territorialidade se forma muito mais pela solidariedade do que pelo apego a terra. Muitas vezes o acesso aos recursos se dá pela solidariedade oriunda do conflito com processos externos e situações de extrema adversidade. A partir disso, Almeida (2005) coloca que a noção de tradicional não se limita apenas ao aspecto histórico e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada.

Conforme observado, o aumento de unidades produtivas camponesas nas Florestas do Centro-sul paranaense se deu pela procura dos ervais nativos, que eram abundantes na região. A organização camponesa dos Faxinais teve sua consolidação neste período (Século XIX). Acredita-se que a identidade com a terra parte do princípio de acordos consensuais estabelecidos entre os integrantes das comunidades em que a extração da erva-mate aparece como fator primordial dentre as atividades produtivas por eles realizadas.

Neste sentido, será feito posteriormente um resgate histórico a respeito formação da estrutura fundiária e o desenvolvimento da região frente a produção da erva-mate no fim do século XIX.

Só posso, pois, compreender as determinações mais profundas das formas de campesinato que se desenvolveu no Brasil no período colonial e, sobretudo a sua exclusão social, econômica e política, se compreendo que ela se determinava fundamentalmente pelo trabalho escravo e só num segundo plano pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão

(José de Souza Martins)

...como decorrência das próprias condições em que se desenvolveu a grande propriedade fundiária no Brasil, houve que conciliar, dentro dela, dois princípios reguladores da atividade econômica que são essencialmente opostos: produção direta de meios de vida e produção de mercadorias.

(Maria Sylvia de Carvalho Franco)

3 A CONSOLIDAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS / FLORESTA COM ARAUCÁRIA

Ao se referir as passagens em destaque na página anterior, entende-se que a estrutura social e econômica no Brasil Colonial tinha sua base fundamentada na relação senhor-escravo. Quem não fosse senhor e quem não fosse escravo estava excluído do processo social e produtivo no período colonial¹⁰. Uma camada grande de mestiços e índios que havia se formado desde a chegada dos portugueses na América não tinha lugar definido na estrutura agrária que ora se formava.

Outra questão que os autores tratam nesta passagem é o fato de que não era na propriedade da terra que a economia colonial se recriava e sim no comércio de escravos. Foi a partir da escravidão que se derivou a forma de propriedade da terra, ou seja, o tamanho da propriedade no Brasil Colonial era proporcional ao número de escravos que cada senhor dispunha.

Durante o período em que vigorou o sistema de concessão de terras para os senhores através das sesmarias, estas só cabiam por lei a quem fosse de origem portuguesa. Os demais não podiam ser proprietários e tinham que se conformar como agregados. Esta forma se processou até o ano de 1822, quando caiu o regime de sesmarias e foi instituída a Lei de Terras em 1853.

Com a criação da Lei de Terras, cada um que se dizia dono de uma quantidade de terras podia registra-la como sendo de sua propriedade. De acordo com a Lei de Terras, as maiores propriedades couberam àqueles herdeiros dos grandes senhores.

O agregado, no período colonial, nada mais era do que um posseiro, que se encontrava habitando e produzindo na terra antes da mesma ser requerida por

¹⁰ Neste sentido o negro escravo também era um excluído socialmente, pois ele era considerado um objeto, uma coisa. Ele entrava no sistema produtivo como uma mercadoria, comprada pelo senhor para ser posta para produzir.

alguém. Quando chegava um senhor (sesmeiro) e se dizia requerente de uma determinada porção de terras onde se encontravam alguns posseiros, estabelecia-se uma relação de troca entre ambos, ou então estes eram expulsos, conforme a vontade do senhor.

Esta relação se processou de diferentes formas Brasil Colonial. Nas Fazendas de Café do Vale do Paraíba, por exemplo, esses posseiros trabalhavam na abertura da mata para o plantio dos cafezais, em troca recebiam o direito de plantar e habitar as terras dos senhores. Já na Zona da Mata Nordestina eles trabalhavam mais na roça, produzindo gêneros agrícolas tanto para o próprio consumo como para o consumo do senhor.

Apesar das diferenças, era comum ser observado que o escravo só entrava quando estas fazendas já estavam prontas para produzir, ou seja, quanto o processo de abertura da mata para a implantação da agricultura já havia sido concluído. A partir daí, o trabalho escravo acabava sendo empregado diretamente na produção de mercadorias. Este fato se dava pela razão de que o escravo representava para o senhor um investimento, um desprendimento de capitais antes da sua mercadoria (escravo) ser posta para produzir, portanto deveria exercer um trabalho que gerasse lucro imediatamente, para o fazendeiro poder amortecer seus investimentos.

Nas fazendas dos Campos Gerais essa relação não foi diferente. A força de trabalho escrava, ociosa com o declínio da mineração no planalto de Curitiba, acabou sendo escoada para as fazendas dos Campos Gerais. Dessa forma, busca-se, através do resgate histórico, compreender como se deu o desenvolvimento das forças produtivas no Paraná a partir do século XVIII. Entende-se que a formação da estrutura fundiária dos Campos Gerais/Floresta com Araucária está ligada ao tropeirismo e a extração da erva-mate.

Acredita-se que foi a partir da atividade de extração da erva-mate que essa região passou a apresentar índices significativos de desenvolvimento. Porém a

estrutura fundiária permanecia com a característica do período colonial brasileiro - representada pelo binômio latifúndio-minifúndio, na qual a grande propriedade era sitiada pela pequena.

3.1 A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS / FLORESTA COM ARAUCÁRIA: DAS FAZENDAS DE POUSO ÀS PROPRIEDADES EXTRATIVAS

A intensificação da ocupação e a consolidação das forças produtivas na região dos Campos Geral se deram a partir das fazendas de criação de muare que abasteceram principalmente os mercados de Curitiba e Paranaguá. Estes mercados se formaram a partir da extração do ouro de aluvião no século XVII. A extração do ouro de aluvião perdurou por pouco tempo (de 1650 a 1750) e começou a entrar em declínio com a descoberta deste metal precioso nas Minas Gerais, no século XVIII.

Foi a partir de uma nova demanda para os mercados que ora se formavam, tanto nas Minas Gerais como em São Paulo e no Nordeste do Brasil, que as atividades produtivas se reergueram nos Campos Gerais. Dessa vez não eram mais as fazendas de criação que predominavam nas regiões campestres do Paraná, mas sim as de pousos e internagem das tropas¹¹. A necessidade de quantidades cada vez maiores de mulas para o transporte de mercadorias no Sudeste e no Nordeste do país fez com que aumentasse a demanda por esses animais, que eram criados no rio Grande do Sul. Dessa forma, para serem conduzidas até o mercado consumidor, era necessário um trajeto que se estendia desde Viamão, no Rio Grande do Sul até a Feira de Sorocaba, em São Paulo¹².

Os Campos Gerais, por oferecer ambiente propício à condução das tropas, passou a ser de grande atratividade para a formação das fazendas de pousos e

¹¹ As regiões campeiras que predominavam no Paraná eram as de Palmas, Guarapuava e Ponta Grossa (Campos Gerais).

¹² Com a intenção de aumentar o povoamento nos pampas gaúchos e de efetivar a integração dessa região ao restante do país, o governo português proibiu a criação de mulas para o transporte nas fazendas nos Campos Gerais.

invernagem. Na maioria das vezes, vastas porções de terras eram requeridas, principalmente por interessados oriundos e de São Paulo e posteriormente por tropeiros enriquecidos. Estas fazendas se configuravam como grandes propriedades que se estendiam pelos campos, e também incorporavam algumas porções das florestas do Centro-sul. Cativa era a força de trabalho empregada nestas fazendas (IANNI, 1988).

A utilização de escravos nas fazendas é apontada por Ianni (1988) por duas razões. A primeira é que a mão-de-obra escrava ociosa gerada com o fim da mineração representava um ônus para os seus detentores. Tal força de trabalho precisava ser escoada para algum lugar. Verificou-se assim que as fazendas de invernagem estavam em ascensão no século XVIII e estas acabaram assimilando essa força de trabalho proveniente das minas do Primeiro Planalto e do Litoral.

Outra razão se deve ao fato das extensas áreas de campos possibilitarem ao trabalhador livre de não ficar retido na fazenda e povoar outras áreas, já que este tinha a liberdade de possuir a sua força de trabalho.

A inversão de capitais em dado setor da produção, bem como de força de trabalho escrava ou de trabalhadores autônomos, algumas vezes resultou de deslocamentos de um para outro setor. Da mesma forma que a mineração, ao decair, possibilitou a transferência de homens e cabedais para a pecuária, quando o mercado do mate expandiu-se, por sua vez, ao lado de novos recursos investidos nessa indústria, uma parcela proveio das fazendas. Esses setores fundamentais, em consequência, dinamizaram a produção de gêneros agrícolas, possibilitando inclusive a exportação de excedentes que, a seu turno, atraíram posteriormente alguns recursos. Essa constitui a direção central do processo de integração econômica da comunidade, apoiada no trabalho cativo (p.106).

Nesta passagem, Ianni (1988) coloca a importância do trabalho escravo não só para as fazendas de pouso e invernagem, mas também para a economia do Paraná como um todo. Encontra-se também nesta passagem que o emprego de capitais em uma determinada atividade se fazia com recursos provenientes da atividade anterior, juntamente com a força de trabalho, predominantemente escrava.

Percebe-se que ao lado das grandes atividades, aparecia também uma

produção de gêneros agrícolas. Esta produção, cuja finalidade era para atender o consumo interno das grandes fazendas, tinha o excedente destinado ao mercado externo.

Ao defender que a economia colonial era baseada na circulação e não na produção de mercadorias, Martins (1996b) coloca essa necessidade (de manter o escravo nas fazendas) como não sendo a do senhor, do dono da fazenda, mas daquele que se beneficiava com o comércio de escravos. O trabalho escravo não era uma necessidade da produção interna, mas do tráfico. Era no comércio que a economia colonial encerrava seu capital - não para beneficiar a colônia, mas para manter a aqueles ligados a esta a atividade (comércio de escravos).

A economia colonial não se define apenas pelo primado da circulação, mas também pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entra no processo como mercadoria. Portanto, antes de ser o produtor direto, ele tem que ser objeto de comércio. Por isso, tem que *produzir lucro* já *antes* de começar a produzir mercadorias e não apenas depois. Pode-se, pois, dizer que, na economia colonial, o processo de constituição da força de trabalho é regulado antes de mais nada pelas regras do comércio (p. 14-15).

Neste sentido, mesmo sendo a economia dos Campos Gerais fundamentada na produção para manter outras atividades na própria região e posteriormente em outras localidades no Brasil Colonial, esta estava ligada diretamente a processos econômicos exógenos como o tráfico de escravos. Assim, manter o escravo nas fazendas de pouso e invernagem representava um grande negócio, não para o fortalecimento da economia local, mas para o traficante de escravos.

Conforme identificado por Chang (1988), havia três classes de trabalhadores compondo a estrutura social agrária dos Campos Gerais: uma formada por trabalhadores escravos ligados diretamente à produção, outra composta por uma população livre, estabelecida nos campos em pequenas propriedades voltadas para a produção de gêneros alimentícios ao lado dos latifúndios e uma terceira formada pelos agregados que não eram proprietários.

Estes agregados viviam da produção de gêneros alimentícios. Chang (1988) chega a classifica-los como “famílias pobres mais ou menos independentes, que se agregavam às fazendas. Formavam suas moradas em lugares convenientes e trabalhavam na terra por contratos verbais de foro ou parceria agrícola” (p. 21).

Essa categoria representava a maioria da força de trabalho empregada na coleta da erva-mate na época, que se encontrava nas florestas. Os agregados não tinham o trabalho nas fazendas de gado como fonte principal de renda; eles recorriam às fazendas no período de entre safra da folha verde da erva-mate, o que lhes garantiam a renda complementar.

A atividade pecuária dos Campos Gerais deu origem a uma estrutura fundiária concentrada, assentada no binômio latifúndio-minifúndio como decorrente da concessão de sesmarias aos fazendeiros descendentes diretos de portugueses e possuidores de uma quantidade suficiente de escravos.

No início do século XIX, as fazendas de pouso e invernagem dos Campos Gerais entraram em crise. De acordo com Serra (1992), várias foram as razões para o declínio das fazendas tropeiras. Dentre elas estão: o esgotamento de terras de campo para a pecuária, perda dos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo e concorrência com o transporte ferroviário. Acredita-se também que o fim da mineração nas Minas Gerais também contribuiu para o declínio da atividade tropeira, visto a demanda de mulas para esta atividade havia decaído.

O processo de ocupação nessa região, que ainda se efetivava, passou a tomar outra direção, rumo às florestas. A partir desse momento, a extração da erva-mate, que já era uma atividade econômica existente na região, passa a ganhar grandes proporções com o aumento da demanda nos países platinos¹³. Um novo tipo de *fazenda* apareceu com esta atividade, não mais aquela sustentada pela relação senhor-escravo, mas ainda marcada pela concentração de terras.

¹³ Um fator que contribuiu para o aumento dessa demanda foi a Guerra do Paraguai. O Paraguai era o maior exportador de erva-mate da América do Sul. Seu maior mercado era o platino (Argentina, Uruguai e Chile). Como o país foi totalmente devastado pela guerra, o Paraguai perdeu esse mercado para o Paraná.

O fato de as florestas na região contarem com a presença de ervais em abundância não havia a necessidade da derrubada da mata para a formação das fazendas. Dessa forma, recursos foram poupados para dar início às atividades nessa nova fazenda que se formava, tanto na preparação da área como no plantio da erva-mate, visto que a própria natureza já havia se encarregado desta tarefa.

Outra forma de o grande proprietário não necessitar de desprendimento de capitais foi na contratação da força de trabalho. Pelo fato da extração da folha verde ser sazonal, o escravo tornou-se uma mercadoria muito cara, cujos custos para mantê-lo superavam o da produção. Por outro lado, existia força de trabalho temporária abundante na região, tanto na presença dos agregados das fazendas como de pequenos proprietários camponeses que já se encontravam nas florestas e careciam de trabalho para complementarem suas rendas.

Com o fim da escravidão no Brasil, esses trabalhadores livres, na figura dos agregados que ocupavam a terra sem serem juridicamente proprietários dela, não se ligaram diretamente à produção. A imigração veio substituir o escravo. Assim, uma economia baseada na circulação ainda se manteve, mesmo modificando a estrutura das relações de produção. Acabaram existindo dois tipos de trabalhadores livres: o agregado e o imigrante, a diferença estava na forma qualitativa de trabalho.

Martins (1978) coloca que:

O migrante transformou-se na cara mercadoria de um grande negócio que envolvia bancos poderosos, companhias de navegação, ferrovias, agenciadores e traficantes de todo o tipo, grandes empresas de comércio humano ... A política de imigração assumiu, em nosso país ... uma feição dúplice: era apresentada ... como um programa de colonização, de criação de uma camada de pequenos proprietários, quando, porém, a ênfase qualitativa e quantitativa no recrutamento e localização dos imigrantes estava, na verdade, na formação de um contingente de mão-de-obra para as grandes fazendas...Em suma, a pequena propriedade dos projetos de colonização não decorreu de transformações econômicas e sociais que tornassem difícil a sobrevivência do latifúndio; ela surgiu, na verdade, como complemento deste, como a nova condição de reprodução da grande

lavoura. A pequena lavoura emergiu geográfica ou institucionalmente sitiada pela grande propriedade (p. XI).

No Paraná a imigração veio fortalecer a estrutura fundiária baseada na relação latifúndio-minifúndio que se formava no interior das florestas. O camponês, de origem européia, que passou a habitar a região da Floresta com Araucária, esteve ligado ao modo capitalista de produção como produtor de gêneros alimentícios e matéria prima, mesmo se reproduzindo como não-capitalista. Neste sentido, a apropriação camponesa da terra foi oriunda da própria necessidade de se manter a acumulação de capital devido à crise do trabalho escravo.

No fim do século XIX e início do XX intensificou-se a imigração no Paraná. Estes imigrantes (principalmente os de origem polonesa) acabaram incorporando entre suas atividades a extração da erva-mate, concentrando-se mais na região do Vale do rio Iguaçu (CHANG, 1988). Após saldar as suas dívidas com a vinda para o Brasil, este imigrante, acumulava dinheiro com a venda de excedentes e aplicava na compra de mais terras como uma forma de garantir a sua reprodução. A terra representava para eles uma forma de ascensão econômica; dessa forma eles ingressavam na atividade ervateira como pequenos proprietários e como trabalhadores.

Como afirma Cunha (2003):

A inserção do imigrante na economia ervateira ocorria, justamente, no momento em que essa economia crescia vigorosamente. Dessa forma, o imigrante beneficiou-se de um certo dinamismo que se observou nas regiões ervateiras. Nesse contexto eles passaram por um processo de diferenciação social. (p. 55)

A erva-mate se constituía num produto de caráter extrativo, não requeria desprendimento de capitais, nem para a formação do erval, nem para a derrubada da mata como requeria o café, por exemplo. Dessa forma, a distinção entre as classes que usufruíam os ervais era condicionada estritamente à propriedade da terra. Percebe-se que o acesso a terra era condição fundamental para deter os meios de produção nesta atividade.

A formação de uma força de trabalho empregada na poda e sapeco da folha verde distinguia justamente no quesito propriedade da terra. Havia uma categoria representada pelos colhedores de erva constituída pelos agregados. O consumo próprio destes era submetido aos períodos de safra, pois os pagamentos eram baixos e não dispunha de recursos para formar a própria roça. Trabalhavam também como contratados nas lavouras e em alguns casos arrendavam terras para plantar. Havia também uma segunda categoria representada pelos pequenos proprietários de terra que se dedicava à agricultura de subsistência nos períodos de entressafra. Estes já eram proprietários de alguns ervais e percebe-se que a extração e o beneficiamento da folha verde através do trabalho familiar constituía renda complementar. Durante a entressafra, estes vendiam a sua força de trabalho a terceiros.

O emprego da força de trabalho familiar na poda e beneficiamento da erva levava à diferenciação entre os pequenos proprietários. Alguns acumulavam recursos com o comércio da erva e compravam mais terras. Este fato possibilitava que eles incorporassem a força de trabalho de agregados e camaradas além da familiar, porém ainda se enquadravam na categoria de unidades familiares de produção de origem camponesa.

O fato de as florestas do Centro-sul presenciarem maior número de pequenas propriedades, se comparado aos Campos Gerais, não significava que estes estabelecimentos constituíam a única forma de ocupação nesta região. Nas florestas também existiram os latifúndios com a estrutura interna marcada pela relação senhor-agregado. Neste sentido, Chang (1988) demonstra:

Estes fazendeiros ou seus ascendentes requeriam a concessão da posse de grandes extensões de terra, através da lei de sesmarias. Parte deles era gente que lidava com gado e internava as tropas de passagem pelas matas. A partir da metade do século passado (século XIX), quando ocorria a inflexão da atividade ervateira sobre a pecuária, as fazendas passaram aos poucos a dedicar-se à extração do mate, para a qual eram naturalmente privilegiadas (p. 20).

Essa relação entre o senhor e o agregado se consubstanciava no sentido

que a sazonalidade do corte da erva permitia a não contratação de trabalhadores permanentes. Os agregados realizavam a poda. No período de entressafra, estes tinham a tarefa de fazer o roçado. Em troca os agregados recebiam do senhor o direito de habitarem a sua propriedade.

Nos períodos da poda, famílias inteiras dirigiam-se aos ervais. Muitos levavam todos os utensílios necessários para permanecerem nos ervais por dias. Eles faziam a poda, abriam a clareira no mato para acondicionar as folhas podadas e montavam o carijo para fazer o sapeco (secagem preliminar das folhas). Depois estas eram quebradas e organizadas em feixes. Após o término do serviço naquele erval, a família recebia pelo quilo do feixe produzido e dirigiam-se a outro erval.

Outra relação que também se constituía nas grandes propriedades era por empreitada. Toda a produção, desde a poda até o beneficiamento, era feita no interior da propriedade por terceiros e o fazendeiro ficava com uma percentagem da produção. Nesta forma, o fazendeiro não fazia nada e transferia toda a responsabilidade da produção ao empreiteiro.

A necessidade de o agregado arrendar terras, principalmente nos períodos de entressafra, se verificava pela pouca quantidade das mesmas da qual dispunha para o roçado e também pela limitada mão-de-obra. Estes agregados e pequenos produtores, cuja propriedade não passava dos 05 hectares, recorriam sempre aos médios e grandes proprietários. A renda, neste caso fixa, se processava através do pagamento em espécie com 60 mãos de milho (equivalente a 768 kg) e 100 kg de feijão por alqueire. Se a safra do ano não rendesse esta quantia, o pagamento acumulava para o ano seguinte. Mesmo sendo essa produção correspondente a uma pequena parcela do montante total, o risco era muito elevado, o que constituía um ônus considerável para as famílias (CHANG, 1988).

A falta tanto do maquinário para apoio como de recursos para a contratação dos camaradas, limitava a lavoura apenas à força de trabalho familiar, o que limitava também a renda familiar. Dessa forma, para complementar essa renda era necessária a venda da força de trabalho através do assalariamento temporário.

Os proprietários das grandes fazendas podiam extrair duas formas de renda: aquela paga em espécie por parte dos agregados e a renda da extração da erva-mate nos períodos da safra. Porém, a extração do mate era a fonte principal dentro da grande propriedade no período do auge da produção. A agricultura em pequena escala era uma fonte secundária.

Dessa forma, se faz necessário ter em mente que não eram todas as camadas de classe que se beneficiavam diretamente com a extração e o beneficiamento primário da erva-mate. O momento da extração da folha verde constituía uma parte da cadeia produtiva desse produto em que muito pouco valor se agregava. A maior parte dessa pequena riqueza concentrava-se ainda nas mãos dos grandes proprietários de terras. Tais afirmações encontram eco em Cunha (2003): “pode-se afirmar que o espaço urbano beneficiou-se muito mais da economia ervateira do que o espaço rural” (p. 56).

Neste sentido, busca-se, a seguir, compreender como se processou a concentração desse capital na esfera da circulação e do beneficiamento secundário dessa mercadoria.

3.2 A ATIVIDADE ERVATEIRA E O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS NA REGIÃO DA FLORESTA COM ARAUCÁRIA DO PARANÁ

A economia nos países coloniais sempre foi caracterizada pela exportação de matérias primas. Embora as colônias fossem dependentes da metrópole, suas regiões exportadoras se encontravam em constante concorrência entre si. Tal fato levava as mesmas a produzirem em quantidades superiores às suas demandas reais, quando legitimadas pela concorrência, o que resultava em crise devido à abundância do produto no mercado. Conforme demonstrado por Padis (1981), a dinâmica de uma determinada atividade econômica numa região era marcada pela expansão da atividade, seguida pela estabilidade e, por último, assistia-se ao seu declínio.

Dentro dessa interpretação foi proposto por Padis (1981) duas formas distintas de atividade econômica no Brasil enquanto colônia de Portugal. No primeiro caso, a atividade econômica antecessora não fornecia elementos para a formação da atividade econômica subsequente. Exemplos assim são notados no caso da cana-de-açúcar que teve seu auge no Nordeste no século XVII e a mineração nas Minas Gerais no século XVIII. A outra forma é marcada pela transferência de renda e emprego da atividade antecessora para a que a segue. Um exemplo notável foi o café em São Paulo que formou o *pano de chão* para o desenvolvimento da já existente atividade industrial no Estado.

A ocupação do território, principalmente nos países coloniais, foi movida fundamentalmente pela atividade econômica (PADIS, 1981). Ainda de acordo com o mesmo autor, aconteceram duas formas distintas de ocupação no Brasil. Uma ligada à subsistência, com uma economia fechada voltada para atender às necessidades de um determinado grupo localizado e, portanto, não voltado às exportações, e outra cuja economia esteve ligada aos estímulos externos, com níveis de produção e renda suficientes para capacitar a importação.

O auge da produção da erva-mate no Paraná foi de 1855 a 1928. O Estado era o maior produtor no país. O mercado que a erva-mate encontrava nesta época era muito abundante. Com investimentos de capitais oriundos da extração do ouro e da pecuária, a indústria do mate encontrou oportunidade para se desenvolver. A extração e o beneficiamento da erva-mate paranaense encontraram possibilidades para se desenvolver internamente e conquistar mercados, tanto o nacional como o platino e até o europeu.

Apesar da produção da erva-mate no Paraná nos séculos XIX e início do XX ter sido voltada para abastecer o mercado externo, ela não se configurou como uma produção colonial tradicional vinculada à metrópole, conforme descrito por Padis (1981). Diferente da cana-de-açúcar no século XVII e do ouro no século XVIII, a atividade de extração e beneficiamento da erva-mate no Paraná originou e desenvolveu-se com capitais oriundos da própria economia interna à região. Economia esta representada pela extração do ouro e pela pecuária que tiveram seus períodos de auge e depois enfrentaram uma grande queda. Conforme observado por Ianni (1988), houve uma intensa migração de capitais provenientes da extração do ouro:

...os primórdios da expansão da economia do mate coincidem com um período em que Paranaguá e Curitiba começam a sofrer o impacto da decadência da mineração ... A canalização da força de trabalho e capitais para a extração, preparo e comércio da *congonha* (erva-mate), entretanto, é em boa parte o resultado da liberação desses fatores da produção (p. 52).

Era na região da Floresta com Araucária, que se estendia por grande parte do Segundo Planalto Paranaense, onde se encontravam os grandes ervais nativos que abasteciam os engenhos de moagem. Estes engenhos, em um primeiro momento concentravam-se em Paranaguá, próximos ao porto. Posteriormente, ao fim do século XIX, eles se transferiram para Curitiba.

Neste período, a indústria do mate, voltada para o mercado externo, contribuiu com níveis significativos para a economia paranaense. Conforme observa

Costa (1995), o empresário e industrial ligado ao beneficiamento da erva-mate Ildefonso Pereira Correia, o Barão de Cerro Azul, percebeu a ascensão da economia ervateira na época e investiu na incorporação de novas tecnologias no processo de soque e moagem da erva, proporcionando assim numa revolução dentro do setor.

Esta ocorrência não só deu visibilidade à economia paranaense no cenário nacional e mesmo internacional, como também promoveu uma concentração de serviços na cidade de Curitiba no início do século XX, ocasionando assim num processo acelerado de urbanização naquela cidade. Ao mesmo tempo que a indústria do mate aumentava seus níveis produtivos, constituía-se também, paralelamente, na mesma localidade, uma economia voltada para o fornecimento de insumos para essa indústria.

No mesmo período em que os engenhos incorporavam a força hidráulica e a vapor com a substituição do trabalho escravo para o assalariado, a poda, de acordo com Ribeiro (1989), ficava por conta de caboclos que eram agregados aos grandes proprietários ou dispersos em terras devolutas. A partir da segunda metade do século XIX o imigrante europeu também passou a contribuir neste processo.

Cabe ressaltar que a indústria do mate contou com a utilização simultânea da força de trabalho livre e escrava. Conforme apontado por Pereira (1997), a indústria ervateira não seguiu o modelo de industrialização brasileira, como decorrente da substituição as importações.

A burguesia industrial do mate, tal como veio a se constituir, não pré-existia à sua indústria. Ela formou-se no mesmo processo em que se formaram os produtores rurais do mate e os jornaleiros fabris dessa indústria ... coube à burguesia do mate o reordenamento econômico da sociedade paranaense em torno do trabalho livre e do livre-mercado, com todas as consequências que isso acarretou. (p. 74)

Neste período (meados do século XIX), havia no Paraná uma aristocracia ligada às fazendas dos Campos Gerais e uma burguesia emergente composta pelos industriais do mate. O embate se travava no plano de formação de cada uma dessas sociedades. Enquanto nos Campos Gerais as relações remetiam ao período

do Brasil Colonial, com a manutenção da força de trabalho escrava e a fazenda como o centro da vida social, o meio urbano tornava-se cada vez mais atraente para a reprodução do capital corporificado na pessoa dessa burguesia ervateira que se encontrava em ascensão.

Neste sentido, é importante notar que todo capital produzido com a extração e o beneficiamento da erva-mate no Paraná encerrava nas mãos dessa burguesia, pois ela estava ligada ao beneficiamento e ao comércio desse produto.

A extração da erva-mate e da madeira abriu caminho para investimentos também em infra-estrutura na região: a Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, para levar o produto em quantidades maiores até o porto, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que passava pelas regiões produtora, e a hidrovia no rio Iguaçu.

A implantação da hidrovia apareceu como uma alternativa ao transporte ferroviário que tinha elevados custos para a condução da erva-mate. Neste período (até a década de 1940) o rio Iguaçu, mais precisamente no trecho entre União da Vitória e Porto Amazonas era navegável e conduzia principalmente a erva-mate e a madeira.

Um dos maiores portos ao longo deste percurso era o de São Mateus do Sul, que recebia a erva-mate de toda a região para embarcar nos barcos a vapor (fotos 5 e 6). E, uma das empresas que se beneficiaram com este transporte foi a Leão Júnior, que construiu galpões para a estocagem da erva-mate em São Mateus e investiu na compra de vários barcos. Com a implantação da hidrovia, São Mateus do Sul tornou-se um grande centro ervateiro com a instalação de pequenas unidades de beneficiamento e estocagem de erva-mate (foto 7). Várias foram as companhias de navegação que instalaram escritórios no município, como a Lloyd Paranaense, Portes e Cia. e Venâncio e Cia. A cidade contava também com estaleiros compostos por mão-de-obra especializada em armação e montagem dos barcos à vapor (BACH, 2006).



FOTO 5 - PONTE DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL (BR-476), SOBRE O RIO IGUAÇU FONTE: MARCELO BARRETO, 2006



FOTO 6 - BARCO A VAPOR "PERI", UTILIZADO NO TRANSPORTE DA MADEIRA E DA ERVA-MATE, ENTRE OUTROS PRODUTOS¹⁴
FONTE: MARCELO BARRETO, 2006

¹⁴ Atualmente o Vapor Peri encontra-se em exposição próximo à entrada de São Mateus do Sul nas margens do rio Iguaçu.



FOTO 7 - GALPÃO ABANDONADO, RELACIONADO AO ANTIGO PORTO EM SÃO MATEUS
FONTE: MARCELO BARRETO, 2006

O meio de transporte utilizado para a condução da erva-mate a partir de Porto Amazonas era o carroção (foto 8). Esses carroções, cujas técnicas de construção foram trazidas pelos russos de origem alemã que se estabeleceram nas margens do rio Volga no século XVIII e depois vieram para o Paraná, representavam um meio muito utilizado na região para o transporte de vários produtos. Consolidou-se, assim, uma outra classe de trabalhador no sistema produtivo da erva-mate – a dos carroceiros. Estes contribuíram para ligação dos mais distantes rincões do Paraná às regiões mais prósperas. Um outro caminho que havia se estabelecido para a exportação da erva-mate foi por Foz do Iguaçu, na qual seguia-se de carroça em um trajeto que durava aproximadamente trinta dias¹⁵.

¹⁵ Segundo Bach (2004) esse tempo de viagem era a partir do município de Palmeira, no qual contava-se sessenta dias para ir até Foz e voltar.

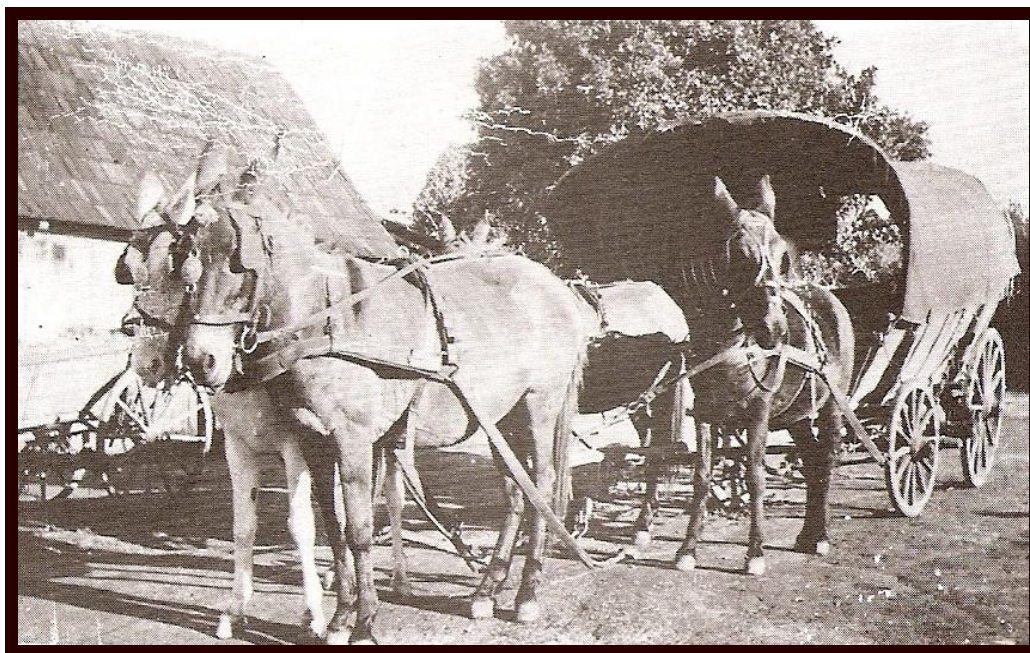


FOTO 8 - CARROÇÃO RUSSO, UTILIZADO NO TRANSPORTE DE IGUARIAS,
PRINCIPALMENTE A ERVA-MATE
FONTE: BACH, 2004

Em um estudo que procura relacionar a influência da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande - no seu trecho entre Ponta Grossa e União da Vitória - com o desenvolvimento da região, Luz (2006) coloca que a erva-mate, no período aurífero da sua produção, contribuiu para a existência e a manutenção desta Estrada:

A ferrovia e a erva-mate compactuavam um crescente desenvolvimento econômico na região ... O avanço da economia do mate aliado à construção da ferrovia propiciou o incremento populacional na região e o desenvolvimento de um mercado interno de alimentos ... Nesta conjuntura socioeconômica, algumas cidades localizadas ao longo da linha Ponta Grossa–União da Vitória, tiveram papel de destaque, como por exemplo, o município de União da Vitória. Inserido no ciclo da erva-mate, este local ressaltou-se na sua produção e comercialização, além de proporcionar uma socialização do trabalho, criando indústrias de embalagem para o transporte do produto. (p. 117)

Entre as causas que levaram à queda da produção da erva-mate no Paraná a partir da década de 1930, está a produção do café no Novo Oeste Paulista, que ganhou grande expressão com investimentos de capital estrangeiro. Posteriormente, o próprio Norte do Paraná, com uma nova frente de colonização no

estado, foi incorporado à cafeicultura. Neste sentido, o mate, como produto de consumo nos mercados europeu, platino e até mesmo nacional, acabou perdendo seu dinamismo para o café. Este capital estrangeiro, proveniente da Inglaterra, com suas grandes somas de investimentos na cafeicultura em terras brasileiras, criou um hábito internacional para o consumo da bebida, que se espalhou por várias regiões no mundo inteiro. Tal evento fechou as portas para a expansão do consumo da erva-mate.

A extração e o beneficiamento da erva-mate trouxeram para o Paraná um desenvolvimento que levou à urbanização da cidade de Curitiba, a ampliação da rede urbana na região do Paraná Tradicional (região da Floresta com Araucária) e a construção das linhas férreas: São Paulo-Rio Grande e a Curitiba-Paranaguá. A extração da madeira também foi uma atividade que se desenvolveu junto com a erva-mate, seu período áureo sucedeu ao da erva.

A estrutura fundiária que se formou no interior das Matas Mistas do Centro-sul esteve intimamente ligada às grandes fazendas dos Campos Gerais. Tanto os agregados como os imigrantes, que trabalharam diretamente com a extração da folha verde, reforçaram uma estrutura agrária que já havia se formado no século XVIII, tendo por base a relação latifúndio-minifúndio. Porém, essa relação aconteceu de forma única no interior das Matas Mistas – apesar de ter havido grandes fazendas nesta região houve também uma concentração de pequenas propriedades que se formaram com a atividade ervateira e com a vinda do imigrante. Os Faxinais são um exemplo delas. A extração e o beneficiamento da erva-mate permitiu, assim, que essas pequenas propriedades desenvolvessem dentro de relações produtivas calcadas nos moldes camponeses. Esta atividade será melhor explicitada na parte seguinte.

4 A EXTRAÇÃO E O BENEFICIAMENTO DA ERVA-MATE NA ATUALIDADE: DOS FAXINAIS À INDÚSTRIA ERVATEIRA

A atividade ervateira envolve distintas etapas no processo produtivo. Cada uma delas é marcada por um emaranhado de relações na qual entra em jogo uma complexa rede de interesses, cujo objetivo final da produção não é o mesmo dentre os atores envolvidos nesse processo produtivo. A partir dos trabalhos de campo foi possível identificar e apreender parte dessa complexidade em que muitas vezes o sucesso de uns corresponde ao embate e o atravancamento do desenvolvimento produtivo de outros.

A matéria prima que abastece a indústria ervateira é a folha verde da erva-mate. O ponto de partida para o desvendamento dessas relações é a afirmação, conforme exposto na primeira parte, de que o capital, para se reproduzir de forma ampliada, avança territorialmente sobre locais onde prevalece a produção não-capitalista (OLIVEIRA, 1999; MARTINS, 1996b).

Dessa forma, objetivou-se, nos trabalhos de campo, compreender o sistema produtivo da erva-mate numa perspectiva temporal (como era esse trabalho há vinte anos atrás e como é hoje) através das entrevistas com os camponeses da Floresta com Araucária do Paraná. Esses camponeses são representados pelos faxinalenses das comunidades Marmeleiro de Cima e Marmeleiro de Baixo em Rebouças e Paraná Anta Gorda em Prudentópolis. Ao todo foram realizadas entrevistas qualitativas com 16 (desesseis) famílias, cuja produção é de origem camponesa, que possuem em suas propriedades a erva-mate nativa.

Quanto às indústrias ervateiras, foram feitas entrevistas com os responsáveis pelas instalações e visitas às linhas de produção. Foram visitadas 06 (seis) empresas: Leão Jr. em Fernandes Pinheiro; Mate Laranjeiras em Irati (atual Águia); Indústria de Mate Glória em Rebouças e as ervateiras Vier, Baldo e São ateus no município de São Mateus do Sul. Procurou-se nas entrevistas delimitar o

raio de atuação dessas empresas no que tange à aquisição da matéria prima – se a negociação era direta com os produtores, se haviam atravessadores ou se a própria indústria enviava suas equipes para realizar a poda nas pequenas propriedades. Procurou-se também verificar quais atividades de beneficiamento que se faziam no interior das instalações fabris e onde ficava a sede da empresa.

A produção da erva-mate envolve três fases principais até a elaboração do produto final: a poda (extração da folha verde), o beneficiamento primário (cancheamento) e o beneficiamento secundário (moagem), na qual participam três atores distintos: o produtor, o atravessador e a indústria. Em cada fase da produção agrega-se mais valor ao produto. Conforme se beneficia a matéria prima, aumenta não só a quantidade de trabalho empregada nela, mas também investimentos por parte das indústrias, além do frete.

Esta parte destina-se à desvendar os interstícios da produção da erva-mate na região da Floresta com Araucária – como os camponeses aparecem inseridos nesta atividade e a expansão do capital ervateiro nos Faxinais.

4.1 A PRODUÇÃO DA ERVA-MATE NO PARANÁ

Com a finalidade de se obter um panorama sobre a produção da folha verde da erva-mate e a espacialização dessa atividade no Paraná na atualidade, foram levantados alguns dados quantitativos que demonstram a situação desse ramo de atividade frente aos mercados interno e externo.

No ano de 2001, o Paraná produziu 339.139 toneladas de folha verde da erva-mate (IBGE, 2007). Esta quantia garantiu ao estado a posição de maior produtor nacional. Nos anos seguintes este valor começou a decair, chegando em 2004 a produzir 133.449 toneladas. Em 2006, a produção ervateira paranaense teve uma ligeira recuperação, com 165.076 toneladas anuais (IBGE, 2007). Atualmente o

Paraná ocupa a posição de segundo maior produtor nacional, perdendo para o Rio Grande do Sul (gráfico 1).

Ainda de acordo com o gráfico 1, percebem-se grandes oscilações quanto à produção da folha verde, principalmente entre 1997 e 1998, quando o Paraná apresentava quantias bastante reduzidas se comparado ao período atual.

Esta ocorrência se justifica pela demanda do mercado externo, principalmente o uruguaio, que ora compra a erva-mate beneficiada da Argentina, ora do Brasil, de acordo com as vantagens de oferta. Segundo De Almeida (2007), essa demanda está atrelada à oferta da matéria prima no mercado interno, ou seja, o incremento da extração dessa matéria prima (folha verde) aparece condicionada às necessidades do mercado externo.

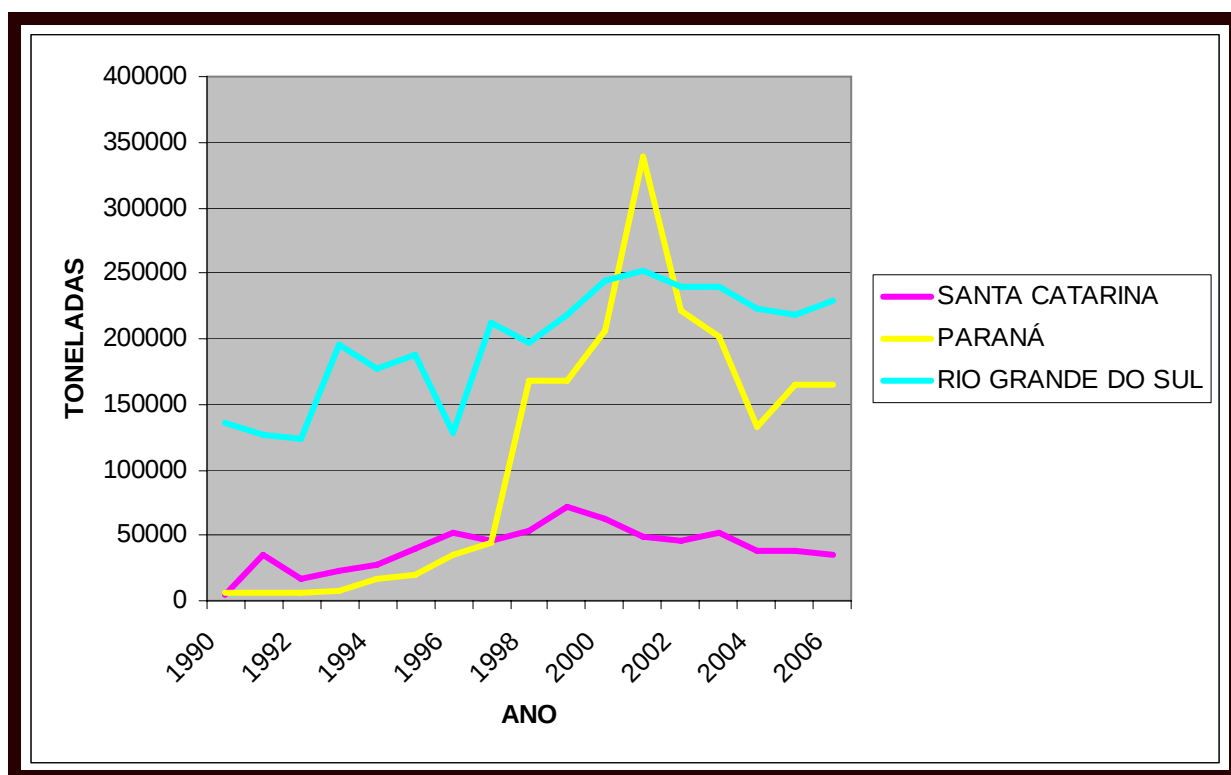


GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE PRODUZIDA ANUAL DA FOLHA VERDE DA ERVA-MATE SEGUNDO ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL (EM TONELADAS)
FONTE: IBGE – PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL, 2007

É no Paraná que se encontra grande parte dos ervais nativos no Brasil, os

quais garantem qualidade ao produto final depois de beneficiado. Tal fato tem sua relevância justificada pela presença, em território paranaense, de unidades industriais de beneficiamento da erva-mate pertencentes a empresas ervateiras do Rio Grande do Sul.

De acordo com IBGE (2007), a produção paranaense concentra-se na Mesorregião Sudeste com uma quantidade produzida em 2006 de 89.302 t/ano (gráfico 2). Logo em seguida vem a Mesorregião Centro-sul com 36.351 t/ano em 2006. Percebe-se que a Mesorregião Sudeste é responsável pela produção de mais da metade da erva-mate no Paraná. As Mesorregiões Noroeste, Centro-ocidental, Norte Central e Norte Pioneiro não apareceram no gráfico por não apresentarem quantidades produzidas significativas.

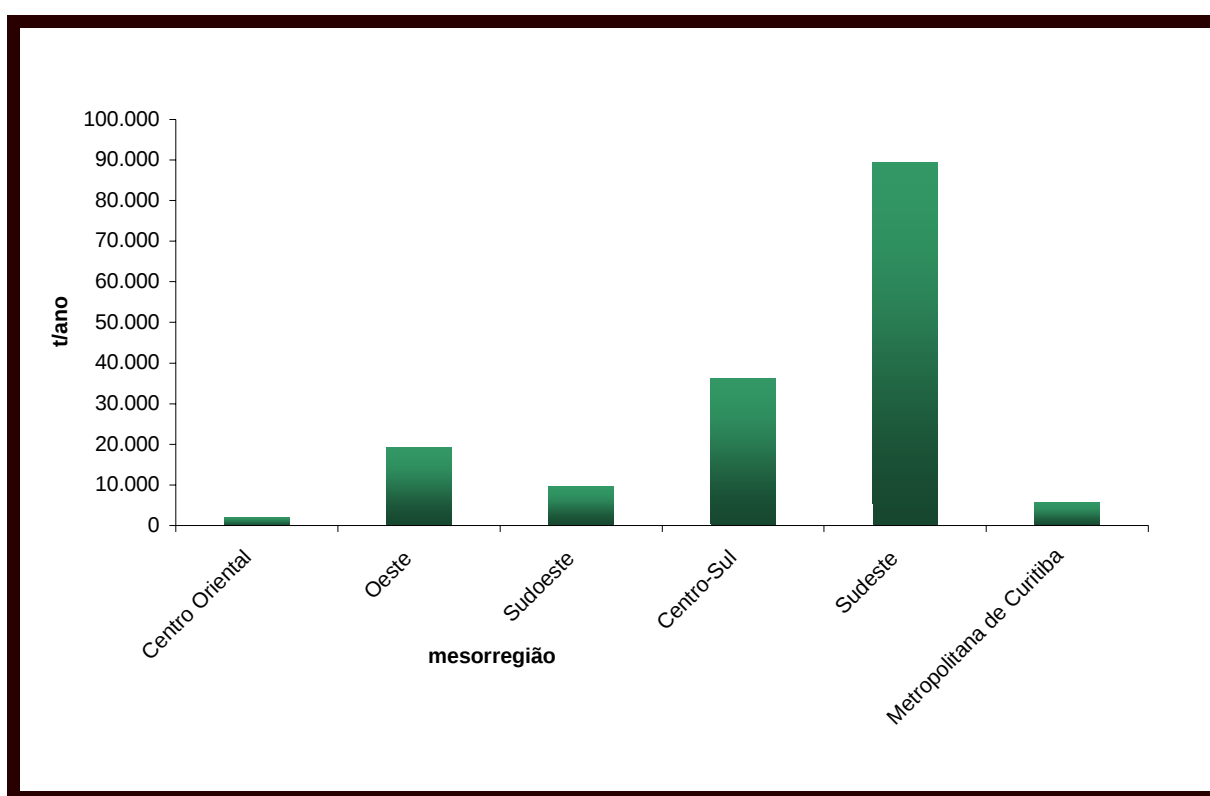


GRÁFICO 2 - PRODUÇÃO DA FOLHA VERDE DA ERVA-MATE SEGUNDO MESO-REGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ, 2004
FONTE: IBGE – PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL, 2007

Os dados apresentados têm sua relevância no sentido de mostrar as

regiões Centro-sul e Sudeste como as maiores produtoras da folha verde da erva-mate no estado. Há que se considerar a forma de obtenção dos dados por parte das instituição responsável pela coleta – o IBGE. Conforme descrito, esses dados foram coletados junto às fábricas, no momento da aquisição da matéria prima, e não de onde ela veio. Assim, o município de São Mateus do Sul, localizado no Sudeste do estado, por apresentar maior concentração de unidades fabris de beneficiamento da erva-mate, eleva os índices de produtividade desta região.

Porém, este fato não prejudica a finalidade proposta com a apresentação desses dados, pois essas empresas não recebem a folha verde extraída em propriedades com distância superior a 40 km da fábrica. São nessas regiões (Centro-sul e Sudeste) onde se encontram os remanescentes da Floresta com Araucária do Paraná (IPARDES, 2007) e local de ocorrência da forma de organização camponesa dos Faxinais (CHANG, 1988).

4.2 A PRODUÇÃO DA ERVA-MATE NA REGIÃO DA FLORESTA COM ARAUCÁRIA

A erva-mate é uma planta que exige cuidados especiais. Na medida em que se propõe fazer uma intervenção para a retirada de suas folhas, cautelas são necessárias. A erva-mate não tolera a exposição ao sol em quantidades excessivas e também não pode ter seus galhos desprotegidos - a mercê dos ventos gelados no período de inverno rigoroso, como é de costume no Centro-sul do Paraná.

É condicionada à influência das condições climáticas, que a erva-mate apresenta suas características metabólicas. Durante o inverno, a planta diminui seu ritmo de crescimento, ficando em um estado de “dormência”. No verão, esse ritmo modifica e a planta entra em plena atividade com o aumento da circulação da seiva em seus galhos.

Portanto, é de julho a setembro, enquanto a erva-mate se encontra

“adormecida”, o período ideal para a realização da poda nos ervais. Assim, a retirada das folhas não agride tanto a planta, por ela se encontrar praticamente anestesiada e também não deixa seus galhos descobertos por todo o inverno (GUIMARÃES DA COSTA, 1995; MIRANDA & URBAN, 1998).

O período entre uma poda e outra tem variado bastante de acordo com cada proprietário. O tempo ideal de espera entre duas podas é de cinco anos. Porém, devido às necessidades imediatas da produção, esse tempo foi reduzido para três anos, no qual constitui o período oficial de espera. Existem casos, observados em campo, em que o proprietário do erval, pressionado por algumas indústrias e pela necessidade de se obter recursos de forma rápida, retira a folha todo ano, inclusive durante a safrinha, que é feita no mês de dezembro.

A primeira etapa do processo produtivo é a extração¹⁶. Conforme observado em campo nos Faxinais Marmeleiro de Cima e Marmeleiro de Baixo, não cabe ao proprietário a realização da poda. São os atravessadores, com suas equipes próprias de tarefeiros, que pagam a cada proprietário para a retirada das folhas verdes de seus ervais. A poda é realizada por esses tarefeiros, que são de origem da cidade ou de localidades próximas e trabalham temporariamente, recebendo pelo quilo da folha verde retirada (foto 9).

Depois de podada, a folha é colocada em sacos denominados de “ponchos” os quais são conduzidos do erval até o caminhão por tração animal (foto 10).

¹⁶ Apesar de terem sido constatadas em campo algumas plantações de erva-mate, prevalece na região o extrativismo como forma de aquisição da matéria prima folha verde.



FOTO 9 - TRABALHADOR TEMPORÁRIO EFETUANDO A PODA DA ERVA-MATE NO FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO
FONTE: MARCELO BARRETO, 2006



FOTO 10 - CONDUÇÃO DOS PONCHOS CARREGADOS DE FOLHA VERDE ATÉ O LOCAL ONDE O CAMINHÃO SE ENCONTRA ESTACIONADO. FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO
FONTE: MARCELO BARRETO, 2006

Após o carregamento no caminhão, que é de propriedade do atravessador, a folha verde segue direto até a fábrica para passar pelos dois processos de beneficiamento (cancheamento e moagem)¹⁷.

Cada família entrevistada produz em média 1.000 kg de folha verde por ano. Essa folha verde é vendida para os atravessadores a 30 centavos o quilo¹⁸. Se a poda fica por conta do produtor esse valor sobe para 38 centavos. Essa folha verde, na porta da indústria é vendida a 48 centavos o quilo. Dentre as 12 famílias entrevistadas nos Faxinais Marmeleiro de Cima e Marmeleiro de Baixo, apenas uma ainda produz folha cancheada, a qual vende por 2 reais o quilo. Segundo informações obtidas, são necessários 5 quilos de folha verde para se fazer 2 quilos de folha cancheada.

Antes das indústrias ervateiras intensificarem suas atividades na região (até a década de 1980) percebeu-se que tanto a poda como o cancheamento eram tarefas atribuídas aos pequenos produtores. Estes trabalhavam num período anual de dois meses para entregarem o produto “erva-mate cancheada” nas cooperativas tanto em Rebouças como em São Mateus do Sul. Todos cancheavam a erva de forma artesanal em pequenas construções chamadas barbaquás (foto 11) organizados em torno do puxirão, onde havia a ajuda mútua no processo produtivo. Esses puxirões duravam em média três dias. Só o beneficiamento primário era feito em um período de 24 horas (sapeco e cancheamento).

Na parte da frente do Barbaquá fazia-se a fogueira para conduzir o calor até o interior da edificação onde as folhas são sapecadas (secagem). O Barbaquá é formado por uma estufa (carijo), onde a erva fica secando e pela cancha (foto 11) onde ela é triturada (cancheada). Observa-se na foto também que este local já foi reutilizado para plantação de milho.

O Sr. Acir Túlio ainda produz erva-mate cancheada em sua propriedade.

¹⁷ A folha verde, depois de podada torna-se um produto perecível. O tempo de espera entre a poda e o cancheamento pode ser de no máximo três horas (RENK, 1997). O destino dessa folha verde, cuja poda foi observada em campo era a ervateira Baldo em São Mateus do Sul.

¹⁸ Situação em julho de 2006.

Na época da entrevista o Sr. Acir era o representante da comunidade do Faxinal Marmeleiro de Baixo e atualmente tem procurado diversificar a produção de gêneros agrícolas incorporando as técnicas da agricultura ecológica e eliminou totalmente a utilização de agrotóxicos.

Antigamente fazia-se o cancheamento, enviava para a cooperativa que fazia a moagem e depois a cooperativa enviava para Curitiba. Essa cooperativa em São Mateus faliu em 1985. A de Rebouças faliu em 1978. A de Rebouças faliu porque comprou muita erva e fechou o mercado de exportação. A partir daí os compradores (atravessadores) começaram a levar para Curitiba e São Mateus. As ervateiras quando vieram pra cá começaram comprando erva cancheada. Depois pararam de comprar. A partir daí o produtor começou a pensar que fazer erva cancheada não valia mais a pena (TÚLIO, 2006).

As cooperativas, tanto em São Mateus como em Rebouças, apareceram como uma resposta à crise da erva-mate que atingiu o Estado a partir da década de 1930. Com as cooperativas, os camponeses repassavam a erva-mate cancheada para alguém que os representava no mercado. Com o fim das cooperativas, que coincidiu com a mesma data da instalação das fábricas na região, os camponeses perderam força nesta produção.



FOTO 11 – BARBAQUÁ INATIVO LOCALIZADO NO FAXINAL MARMELEIRO DE BAIXO
FONTE: MARCELO BARRETO, 2006



FOTO 12 - INTERIOR DO BARBAQUÁ, COM A IMAGEM DA CANCHA
FONTE: MARCELO BARRETO, 2006

O processo artesanal de cancheamento da erva se dá pela trituração por meio do rolete (ou “ouriço”) depois que a folha é sapecada. Este rolete é movido à tração animal, no qual o cavalo vai andando em círculo contornando a cancha. Na parte junto ao rolete existe uma tábua contendo vários furos. Conforme a erva vai sendo triturada, os pedaços menores atravessam esses furos e caem na parte inferior da cancha.

A presença desses barbaquás, os quais a grande maioria encontra-se desativada no presente momento, denuncia, que houvera tempos em que cancheamento da erva-mate era uma atividade sob o domínio dos camponeses e essa produção não estava condicionada à reprodução do capital. Segundo o Sr. José Estanislau, camponês do Marmeleiro de Cima, há vinte anos atrás era possível comprar terras só com a venda da erva-mate cancheada¹⁹.

Um caso presenciado em Prudentópolis, no Faxinal Paraná Anta Gorda reflete uma outra realidade. Dentre as famílias entrevistadas neste Faxinal, a do Sr. Miguel, também produz erva-mate cancheada. O Sr. Miguel não possui muita erva-mate em sua propriedade, porém ele investiu no aprimoramento do seu barbaquá, no qual a trituração é feita por um motor. Neste caso, ele recebe a folha verde dos outros membros da comunidade do Paraná Anta Gorda, faz o cancheamento e depois fica com uma parte do que foi produzido conforme estabelecido em comum acordo.

Essa erva-mate cancheada é comercializada em Prudentópolis por meio de um atravessador. Mesmo tendo a possibilidade de se fazer o cancheamento no Faxinal, no barbaquá do Sr. Miguel, alguns camponeses acabam cedendo às pressões dos atravessadores e deixam que estes realizem a poda para depois levar a folha verde direto para as indústrias localizadas em Prudentópolis ou Guarapuava.

¹⁹ A entrevista com o Sr. José Estanislau, em julho de 2006, foi realizada logo depois que seu erval foi podado pelos atravessadores, no qual foi retirado aproximadamente 2.000 kg de folha verde. Houve casos no próprio Faxinal em que o atravessador levou a folha verde sem pagar o proprietário. Os Faxinais Marmeleiro de Cima e Marmeleiro de Baixo fornecem a folha verde para as indústrias localizadas em Rebouças, Rio Azul e São Mateus.

Presenciou-se também no Paraná Anta Gorda a preocupação de certos camponeses quanto à produção de mudas. O Sr. Nicolau, há trinta atrás, procurou se informar sobre a erva-mate no que tange às questões técnicas. Adquiriu vários livros que tratam do assunto, principalmente quanto à produção de mudas e construiu um viveiro em sua propriedade. Porém, devido à falta de interesse de possíveis compradores na época e pelo fato de haver erva-mate ainda em abundância na comunidade, o Sr. Nicolau abandonou este projeto e resolveu plantar tudo em volta da sua casa. Atualmente, sua casa fica no meio de um erval plantado (foto 13).



FOTO 13 - CASA DO SR. NICOLAU, COM A ERVA-MATE PLANTADA
FONTE: MARCELO BARRETO, 2007

Para o camponês, que possui a erva-mate em seu terreno, a folha verde cortada pelo atravessador ou pela indústria representa uma forma de renda fácil, pois os gastos com a manutenção do erval são ínfimos.

Percebe-se que a maior parte da renda que essa produção gera, acaba indo para a indústria e não para eles. O faxinalense acaba se sentindo desestimulado quanto a poda e o cancheamento da erva-mate mesmo sendo ele o proprietário dos ervais nativos que garante qualidade ao produto e acaba incorporando outra atividade econômica em sua propriedade para garantir a reprodução da sua condição. Tal falta de incentivo em produzir a erva-mate cancheada se justifica pelo fato de que os próprios produtores são incorporados a um mecanismo estranho à sua relação. O produto de seu trabalho acaba sendo incorporado a um modo de produção em que o beneficiado não é a sua família, a sua comunidade e sim a indústria.

Com a folha verde é mais fácil: hoje você está com a erva no pé, no fim da semana você está com o dinheiro no bolso – só que a metade do lucro fica para a ervateira. É dinheiro mais rápido, mas por outro lado o produtor não está tendo o lucro. E tira a mão-de-obra da comunidade. O dinheiro não fica para a comunidade (TÚLIO, 2006).

Durante as entrevistas muitos diziam que “hoje é muito mais fácil deixar que eles (atravessadores) retirem a erva e depois ir ao supermercado comprar o mate empacotado para tomar o chimarrão do que fazer um carijo mesmo para o consumo próprio”²⁰.

Com a incorporação do cancheamento ao processo industrial, os faxinalenses passaram a produzir diretamente para as indústrias, não para alguém que os representasse, como as cooperativas. O trabalho que antes era livre e cuja produção retornava para suas mãos, seja em forma de mercadoria ou em forma de dinheiro, passou a ser incorporado à escala industrial, envolvendo linha de produção e ampliação do capital envolvido.

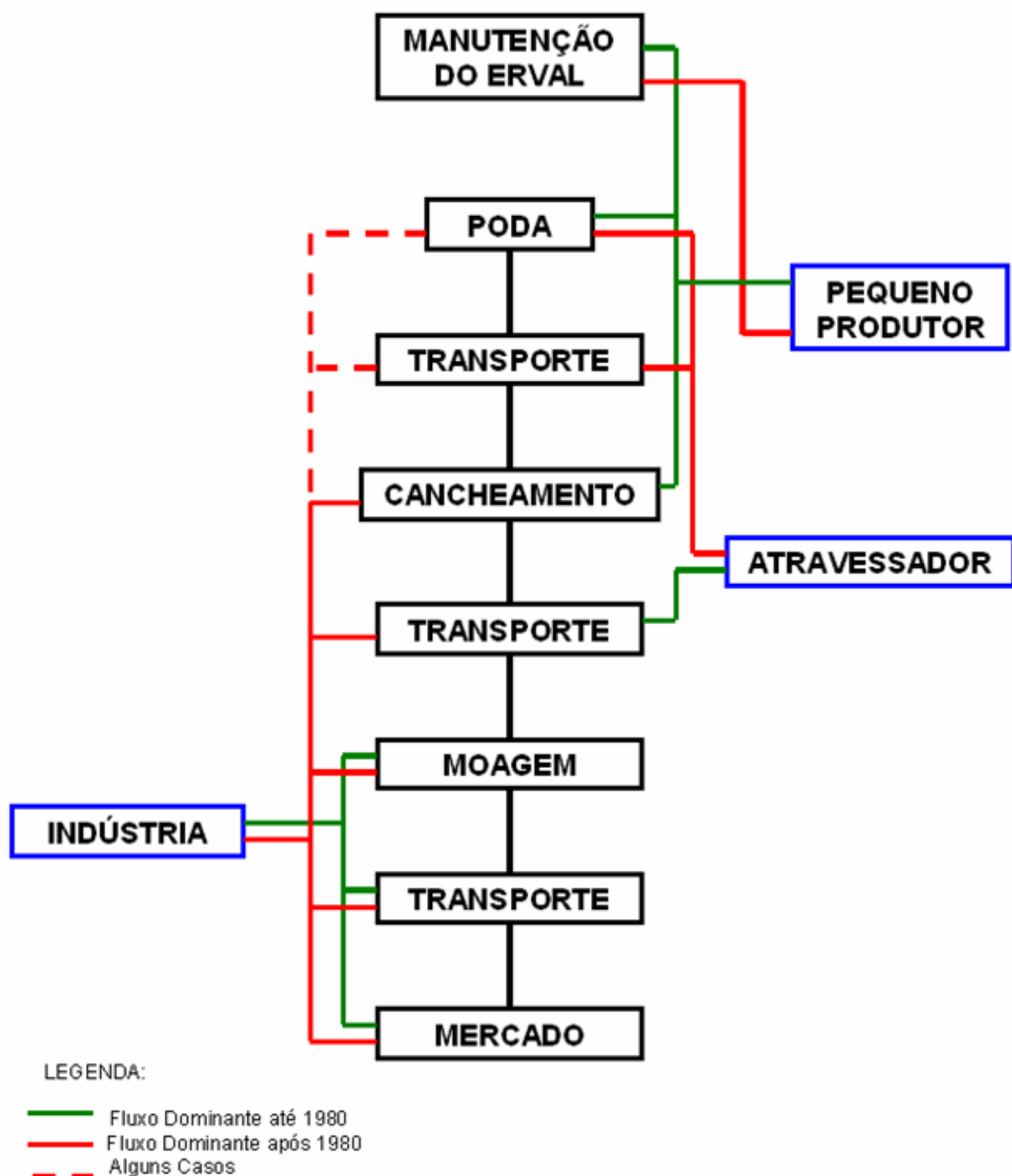
²⁰ Esta afirmação partiu do Sr. Francisco Soares do Marmeleiro de Cima.

A erva-mate cancheada configurava-se como um produto manufaturado dentro de relações cujo objetivo não era a busca do lucro, mas sim a reprodução da vida desses faxinalenses enquanto camponeses.

De acordo com os dados obtidos em campo, entende-se que atualmente os camponeses estão condicionados apenas a manter os ervais em condições adequadas para a demanda da indústria, o restante dessas etapas fica por conta dos atravessadores e das indústrias. Em nenhum caso foi presenciada a poda como sendo atividade exclusiva dos faxinalenses, muito menos o cancheamento, apenas em alguns casos isolados.

O fluxo esquemático apresentado na figura 1 ilustra como se processa a relação entre os três atores distintos envolvidos no sistema produtivo da erva-mate (camponeses, atravessadores e indústrias) em dois momentos na história; até a década de 1980, quando as indústrias passaram a instalar suas unidades fabris na região dos Faxinais e depois, até os dias atuais.

**FLUXO ESQUEMÁTICO DA PRODUÇÃO DA ERVA-MATE
NA REGIÃO DA FLORESTA COMARAUCÁRIA DO PARANÁ**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2006
Org.: Marcelo Barreto

FIGURA 1 – FLUXO ESQUEMÁTICO DA PRODUÇÃO DA ERVA-MATE NA REGIÃO DA FLORESTA COMARAUCÁRIA DO PARANÁ

FONTE: MARCELO BARRETO: PESQUISA DE CAMPO, 2006

De acordo com o fluxo esquemático (figura 1), a manutenção da erva, a poda e o cancheamento até a década de 1980 ficava por conta dos camponeses (pequeno produtor). Nesta época já era comum a presença do atravessador, porém este só negociava com os camponeses a erva-mate cancheada. Conforme lembrado pelas famílias entrevistadas nos Faxinais, esta erva-mate era conduzida até a cooperativa em São Mateus em carroças ou no lombo das mulas em um percurso de aproximadamente 30 km que durava o dia inteiro. Esta cooperativa recebia o mate cancheado e repassava para as indústrias - algumas delas já atuavam na região.

Posteriormente, quando intensificou-se a atividade industrial de beneficiamento da erva-mate próximo às comunidades, estas impuseram condições aos proprietários dos ervais, na qual somente iriam receber a folha verde para o beneficiamento. Isso se deve às grandes melhorias realizadas no interior das fábricas, como a construção dos carijos industriais.

Verifica-se atualmente que o processo industrial de produção da erva-mate encontra-se estendendo também para a poda (em tracejado), deixando o proprietário do erval sem muitas atuações dentro da produção.

4.3 AS EMPRESAS E AS ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR A AMPLIAÇÃO DE SEUS CAPITAIS

Depois que o caminhão chega na porta da fábrica, este descarrega as folhas em um pátio, junto ao carijo industrial (foto 14). Este é acoplado a um forno à lenha e fica girando enquanto as folhas secam. Este processo é muito rápido e substitui o sapeco artesanal feito nas comunidades.

Posteriormente estas folhas previamente secas caem em outra esteira que as conduz até a estufa onde permanecem por um período de três horas para posteriormente serem cancheadas. Após o cancheamento estas caem novamente em outra esteira e seguem para o moinho onde é feito o beneficiamento final.

A foto 15 ilustra esse processo, com o prédio em primeiro plano contendo a estufa e a cancha industrial e, ao fundo, outro prédio onde se localiza o moinho.



FOTO 14 - CARIJO INDUSTRIAL
FONTE: MARCELO BARRETO, 2006



FOTO 15 - UNIDADE DE BENEFICIAMENTO INDUSTRIAL DA ERVA-MATE
FONTE: MARCELO BARRETO, 2006

Cada empresa tem um comportamento diferente quanto à forma locacional no processo de beneficiamento, porém todas elas fazem o mesmo produto – mate para chimarrão.

A *Indústria de Mate Glória*, localizada em Rebouças, só faz erva cancheada e destina toda a sua produção a uma unidade industrial da *Baldo* em São Mateus do Sul, cuja matriz fica no município de Encantado (RS).

A *Baldo* possui, além de São Mateus do Sul, uma outra unidade de cancheamento em Canoinhas (SC). A erva não é moída nesses locais e sim junto à sede em Encantado. Todo o mate elaborado pela *Baldo* é destinado ao mercado externo, destacando-se o Uruguai como maior comprador. Por mês, a *Baldo* produz 1.500 toneladas de erva pronta para ser consumida. Desse total, 60% vêm da unidade de São Mateus do Sul. A *Baldo* só põe suas unidades de cancheamento em funcionamento nos períodos de safra e safrinha da erva-mate.

A *Vier*, outra empresa do Rio Grande do Sul, possui também duas instalações de cancheamento, uma em São Mateus do Sul e outra em Rio Negrinho (SC). Toda a folha cancheada é também moída no Rio Grande do Sul, no município de Santa Rosa, onde fica a sede da empresa. Esta empresa trabalha o ano inteiro adquirindo a matéria prima de pequenas comunidades localizadas no entorno da fábrica.

Outra indústria é *Ervateira São Mateus*, uma empresa do *Grupo Carral*, de origem uruguaia. Nesta ervateira todas as etapas do beneficiamento são feitas em São Mateus do Sul. O produto já sai empacotado e vai direto para o Uruguai. Ela não trabalha com a safrinha e segundo seus representantes a negociação da matéria prima é feita direto com os produtores que se localizam na região. A empresa possui duas unidades de produção dentro da mesma fábrica. Entre os meses de outubro e maio eles não fazem o cancheamento, ficando em funcionamento apenas as unidades de moagem.

Uma das exigências do mercado externo (Argentina, Uruguai e Chile) é que nesses países existe a preferência pelo consumo da erva-mate “descansada”, de tom amarelado e sabor mais amargo. Para que a erva possa ser produzida dessa forma, após o cancheamento ela é ensacada e fica descansando por um período de seis meses em galpões construídos especialmente para esta finalidade (foto 16). A presença desses galpões foi constatada em duas ervateiras de São Mateus do Sul: a Baldo e a São Mateus.



FOTO 16 - PILHA DE ERVA-MATE CANCHEADA EM PROCESSO DE DESCANSO
FONTE: MARCELO BARRETO, 2006

A Baldo é uma empresa que além do beneficiamento da erva-mate, trabalha com fomento. A empresa possui corpo técnico especializado para a produção de mudas, controle de pragas e melhoramento dos ervais. As sementes são colhidas junto às propriedades dos fornecedores da folha verde. Durante 18 meses elas passam por um processo de desenvolvimento nos viveiros (foto 17) que se localizam próximos à indústria e depois são devolvidas na forma de mudas para serem plantadas. Os investimentos nesse processo são em criar tecnologias para adequar o erval à demanda da empresa.

Conforme explicitado, o investimento é da empresa, porém, os custos são do proprietário do erval. Muitos deles não têm como pagar a vista pela aquisição dessas mudas, o que os levam contratualmente a pagarem este valor em folha verde quando obtiverem a primeira safra. A procura pelas mudas é grande e a empresa pretende ampliar suas atividades neste ramo.

No ano de 2006 foram produzidos 180.000 mudas e os pedidos para o ano de 2007 giram em torno de 516.000 mudas. A justificativa por parte da empresa é de que os ervais nativos estão exaurindo e se não houver cuidados especiais com a manutenção dos mesmos, a matéria prima para a indústria ervateira pode acabar.

A Baldo também estabelece critérios para a obtenção da matéria prima para a sua indústria. Antes de firmar acordo com o proprietário do erval, ela envia seus técnicos para averiguar se este se encontra em condições satisfatórias para o beneficiamento em suas fábricas. Segundo conversa com um atravessador no Marmeleiro de Baixo, este chegava a afirmar que “os ervais da Baldo” obedecem a critérios rigorosos de controle de qualidade.



FOTO 17 - VIVEIRO DE MUDAS DE ERVA-MATE²¹
FONTE: MARCELO BARRETO, 2006

A intenção da empresa é de ampliar a produção da matéria prima para poder sustentar a atividade industrial futuramente. Neste sentido a *Baldo* pretende garantir o fornecimento da matéria prima através de parcerias com pequenas indústrias que seriam montadas próximas aos ervais. Essas pequenas fábricas realizariam o cancheamento e depois repassariam para a *Baldo*. Cada pequena indústria teria um grupo de fornecedores próprios e, no caso, o excedente de folha verde que a pequena indústria não conseguisse beneficiar, seria encaminhado à unidade de São Mateus do Sul. Para a montagem de cada uma dessas pequenas unidades industriais estima-se um valor de R\$ 1.000.000.

Dessa forma garante-se não só a qualidade da matéria prima com a produção de mudas e a manutenção do erval, mas também a quantidade através das parcerias feitas com os produtores e as pequenas indústrias. Atualmente não existe um contrato que limite os produtores a fornecerem a folha verde para a *Baldo*, exceto nos casos da compra de mudas e quando há um adiantamento que às vezes

²¹ Os embriões são germinados em sementeiras e posteriormente são colocados em tubetes para formarem as mudas.

é pedido pelo fornecedor. Porém, quando forem montadas essas pequenas unidades industriais pretende-se estabelecer uma relação entre produtor e indústria baseada em cláusulas contratuais.

A Baldo recebe folha verde de vários Faxinais na região, conforme conversa com os representantes da fábrica, estes Faxinais, pela forma de organização na qual eles se encontram, representam um empecilho para o bom desenvolvimento dos ervais. A cria a solta, no criadouro comunitário, principalmente a de grande porte, no criadouro comunitário acaba se alimentando da planta e destruindo os ervais.

Neste sentido, a preferência da indústria é pelo produtor que opta por investimentos em longo prazo no seu erval. Em momentos de crise, quando a preferência do mercado uruguaio inverte para o mate produzido na Argentina, é que aparece a diferença entre o produtor com visão de futuro e o que está apenas querendo receber sem se preocupar com a preparação do seu pequeno negócio.

Os investimentos que a Baldo vem realizando para garantir o fornecimento da matéria prima representa a expansão da sua frente de atuação nas pequenas propriedades. Tanto o aprimoramento nas técnicas de produção de mudas como a instalação de novas unidades indústrias e as parcerias são a materialização da necessidade que o capital industrial tem de não ficar estagnado e sim ampliar a sua reprodução, principalmente em locais onde não predomina o modo de produção capitalista.

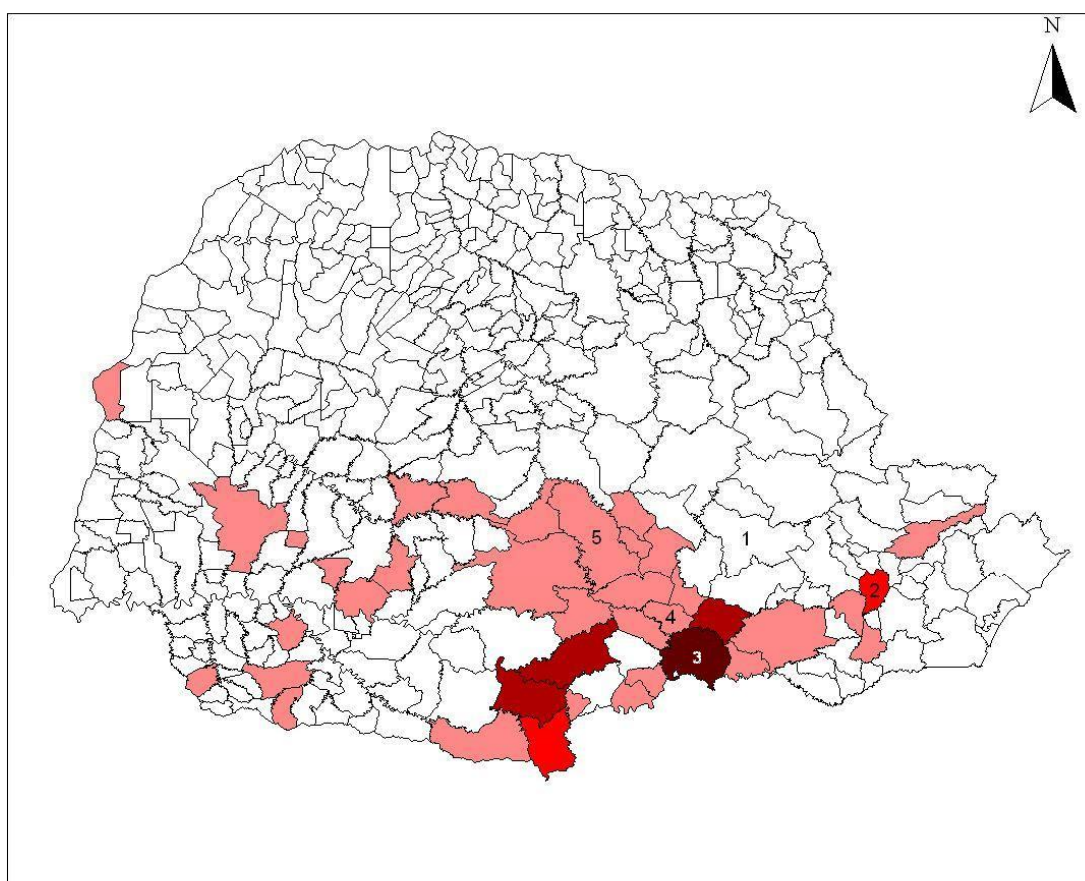
A produção da erva-mate no Paraná ao longo de sua história passou por dois momentos significativos e atualmente passa pelo terceiro. O primeiro foi quando os engenhos se encontravam no litoral, em Paranaguá e Antonina. Nessa época a poda e o cancheamento eram realizados em comunidades de origem camponesas no interior.

Depois de cancheada a erva descia a Serra da Graciosa em lombos de mulas para serem beneficiadas e embarcadas para os países platinos. No segundo momento, esses engenhos *subiram* a Serra da Graciosa e se instalaram nos

arredores de Curitiba. Conforme observado, esta fase foi marcada por inovações tecnológicas no beneficiamento do produto, e pela incorporação do trem e do barco a vapor no transporte. Porém, o cancheamento ainda era feito nas pequenas propriedades. Atualmente, essas indústrias avançaram para o interior instalando-se próximo à matéria prima e incorporaram ao processo industrial o cancheamento, dispensando assim os camponeses dessa tarefa e da realização da poda.

O município de Antonina, que chegou a contar com 20 engenhos de moagem da erva-mate em meados do século XIX (GUIMARÃES DA COSTA, 1995), atualmente não têm nenhum. Curitiba e Ponta Grossa que foram grandes centros ervateiros no fim do século XIX também não apresentam mais o beneficiamento de quantidades expressivas. O quadro contemporâneo dessa produção retrata sua maior concentração na região Centro-sul do Paraná, principalmente em São Mateus do Sul, local onde ainda se pode encontrar os ervais nativos da Floresta com Araucária (figura 2).

ESTADO DO PARANÁ - MUNICÍPIOS COM UNIDADES INDUSTRIAIS DE BENEFICIAMENTO DA ERVA-MATE: 2007



Fonte: SINDIMATE, 2007.

100 0 100 Km

MUNICÍPIOS:

- 1 - Ponta Grossa
- 2 - Curitiba
- 3 - São Mateus do Sul
- 4 - Rebouças
- 5 - Prudentópolis

LEGENDA (nº de indústrias):

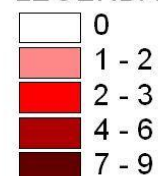


FIGURA 2 – MAPA DO ESTADO DO PARANÁ - MUNICÍPIOS COM UNIDADES INDUSTRIAIS DE BENEFICIAMENTO DA ERVA-MATE: 2007
FONTE: SINDIMATE, 2007

Um estudo sobre a questão étnica entre camponeses na produção da erva-mate no oeste catarinense foi realizado por Renk (1997). Esta autora procurou identificar a reprodução camponesa através da luta travada no cotidiano desses comunidades. Renk (1997) dividiu a “luta da erva” em dois tempos: um ao da erva sapecada e o outro ao da erva crua. No tempo da erva sapecada, quando havia ainda a possibilidade de cancheamento, os camponeses consorciavam a luta da erva com a luta da roça - uma travada no inverno e outra no verão. Posterior a esse, vem o tempo da erva crua, marcado pela presença dos imigrantes italianos que levaram à região os barbaquás modernos.

Esses italianos, que vieram do Rio Grande Sul na década de 1970, não chegaram com a finalidade de se dedicarem à produção da erva-mate e sim, estabelecer a grande lavoura, posteriormente acabaram incorporando o beneficiamento da erva-mate dentre suas atividades.

Semelhança a este caso é encontrada nas Florestas do Centro-sul paranaense. A diferença está na presença massiva do grande capital que se territorializou nesta área por meio da instalação das plantas industriais. Neste sentido, através das estratégias empresariais o capital ervateiro invade essas terras pertencentes aos camponeses para dela extrair a matéria prima para as suas atividades.

A luta camponesa, por outro lado, não cessa. Exemplo disso é a permanência (resistência) dessas comunidades nos dias atuais. Assim, a produção camponesa não encontra um fim, ela apenas muda suas formas mantendo suas estrutura fundamentada na renda da terra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando as indústrias ervateiras intensificaram suas atividades no Centro-sul do Paraná, os faxinalenses passaram a se dedicar cada vez menos à extração e ao beneficiamento da erva-mate. Esses camponeses sempre produziram erva-mate para o mercado. O trabalho empregado na extração e beneficiamento da erva-mate resultava em um produto, na qual a comunidade era a maior beneficiada.

A questão que se procurou compreender foi de como a extração e o beneficiamento da erva-mate sofreu modificações estruturais dentro do seu processo produtivo ao longo do tempo, sem ocasionar na dissolução das comunidades faxinalenses ligadas à extração da matéria prima.

Se tomar por base a formação do território, observa-se que os Faxinais apresentam distintas espacialidades. Apesar da erva-mate ter sido fonte principal de renda no passado, os faxinalenses não se dedicaram exclusivamente à atividade, ervateira. Existiram outras formas de obtenção de renda nos Faxinais, como, por exemplo, a criação de animais, principalmente o suíno, que era vendido no mercado.

A incorporação da poda e do cancheamento da erva-mate pela indústria ervateira marcou o início de uma dessas espacialidade com a extensão da atividade industrial em terras camponesas. Esse processo, que vem acontecendo por meio da extração da renda da terra, reflete a sujeição dos camponeses da Floresta com Araucária ao capital industrial ervateiro.

A idéia por parte de algumas indústrias, de atuar junto aos fornecedores, investindo no melhoramento de seus ervais, traz consigo uma outra face. Além de a indústria garantir o fornecimento da matéria prima para suas atividades futuras, existe também uma outra garantia – a de que a reprodução de seus capitais não se limite à esfera produtiva e ampliem em terras alheias por meio da monopolização do território no momento da aquisição dessa matéria prima (folha verde). Através do fornecimento de mudas e adequação dos ervais a indústria ervateira encontra a possibilidade de extrair a renda da terra. Esta renda aparece em produto, no

momento que os fornecedores passam essa matéria prima para a indústria.

Para os faxinalenses, o trabalho nos ervais, passou a encontrar na sua negação o seu maior significado. O mecanismo de atuação das indústrias vem tirando dos camponeses a possibilidade de obterem renda da mesma forma que obtinha antes, visto que a folha verde deixou de ser cancheada por eles e outras atividades passaram a tomar pauta na produção camponesa .

Como a erva-mate é uma planta nativa da Floresta com Araucária, o seu extrativismo está relacionado ao manejo da floresta sem ocasionar a sua degradação. A extração erva-mate pode aparecer como uma alternativa para os camponeses da floresta em substituição a outras formas de cultivo que ocasionam maior degradação tanto ao ambiente como ao processo de trabalho no caso do fumo. Porém, cuidados são necessários para que uma nova fase de extração da erva-mate nos Faxinais, ao invés de inaugurar a libertação dos camponeses da Floresta com Araucária da sua submissão ao capital, acabe por mascarar a continuidade dessa exploração.

Os Faxinais não se extinguiram, tampouco se transformaram em unidades de produção da agricultura familiar. Mesmo tendo sofrido redução de área com os avanços da agricultura capitalista em suas terras ao longo dos anos, os faxinalenses resistem por meio do seu processo de trabalho e da diversificação da produção. Aí é que a resistência camponesa tem o seu sentido; mesmo sendo explorados por interesses alheios a sua lógica de reprodução enquanto seres sociais, eles não deixam de lado seus princípios baseados na produção para a vida.

Isso refuta a tese de que os camponeses estão se transformando em capitalistas ou aumentando as periferias das grandes cidades. A luta travada neste cotidiano é pela permanência na terra e pela garantia de uma sociedade, cuja razão principal é a valorização do ser humano. Dessa forma, alimenta-se uma esperança – a de um dia poder encontrar, como na música de José Afonso essa “cidade do homem”, do irmão e não do lobo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Padigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2^a. ed. São Paulo: Hucitec, Campinas: EDUNICAMP, 1998. 275p.
- ALMEIDA, A. W. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: **ENCONTRO DOS POVOS FAXINAIS, 1**, 2005, Irati, *Anais*. Irati: IAP, 2005. CD-ROM.
- BACH, A. M. **Carroções**. 2^a. ed. Ponta Grossa: EDUEPG, 2004. 217p.
- _____. **Vapores**. Ponta Grossa: EDUEPG, 2006. 493p.
- BOMBARDI, L. M. O Papel da Geografia Agrária no Debate Teórico Sobre os Conceitos de Campesinato e Agricultura Familiar. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, n° 14, p. 107-117, 2003.
- CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 10^a ed. São Paulo: 34, 2003. 372p.
- CHANG, M. Y. Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná. In: **IAPAR, Boletim Técnico**. Londrina, 1988. 119p.
- COSTA, O. R. G. Ildefonso Pereira Correia, Barão de Cerro Azul, Empresário Schumpteriano, e a Revolução Federalista. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, vol. XLIX, pp. 197-211, 1995.
- CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Territorial: o caso do Paraná Tradicional**. 2003, 210p. (Tese de Doutorado), UFRRJ, Rio de Janeiro, 2003.
- DE ALMEIDA, N. G. **Agronegócio da erva-mate.pdf**. São Mateus do Sul: SINDIMATE, 2007. 36 kb. Plataforma Windows.
- DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo**. 8^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 396p.
- FRANCO, M. S. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4^a. ed. São Paulo: EDUNESP, 1997. 254p.
- GUIMARÃES DA COSTA, S. **A Erva-mate**. Curitiba: Farol do Saber, 1995. 115p.
- HAURESKO, C. Sistema Campesinato: uma reflexão a partir do estudo dos produtores de fumo em Prudentópolis – PR. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2 e 3**, 2005, Presidente Prudente, *Anais*. Presidente Prudente: UNESP, 2005. CD-ROM.
- IANNI, Octávio. **As Metamorfoses do Escravo**. São Paulo: Hucitec, Curitiba: Scientia et Labor, 1988. 271p.
- IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IPARDES. **Estado do Paraná: cobertura vegetal atual 2001/2003**. Curitiba: IPARDES, 2007.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta, 1980. 329p.

LÖWEN SAHR, C. L.; CUNHA, L. A. G. O Significado Social e Ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da Mata com Araucária do Paraná. In: **Emancipação. Ponta Grossa**, v. 5, n. 1, p. 89-104, 2005.

LUZ, C. E. **Rede e Região – Desmistificação do Determinismo Tecnológico: o caso da linha férrea Ponta Grossa - União da Vitória nos Campos Gerais/Mata de Araucária (PR)**. 2006, 169p. (Dissertação de Mestrado), UFPR, Curitiba, 2006.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. 450p.

MARQUES, C. L. G. **Levantamento Preliminar Sobre o Sistema Faxinal no Paraná**. Guarapuava, 2004. 192p. (Relatório Técnico) – Instituto Ambiental do Paraná.

MARTINS, J. S. Prefácio. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do Vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978, 182p.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986. 185p.

_____. As Temporalidades da História na Dialética de Henri Lefebvre. In: MARTINS, J. S. (org.). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996(a). 151p.

_____. **O Cativo da Terra**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996(b). 157p.

MIRANDA, N.; URBAN, T. **Engenhos & Barbaquás**. Curitiba: Posigraf, 1998. 120p.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986. 78p.

NERONE, M. M. **Terras de Plantar, Terras de Criar – Sistema Faxinal – Rebouças – 1950 – 1997. 2000, 286p.** (Tese de Doutorado), UNESP, Assis, 2000.

OLIVEIRA, A. U. Renda da Terra Pré-capitalista. In: **Orientação**. São Paulo, nº 07, pp. 77-79, 1986.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. 163p.

_____. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. 204p.

PADIS, P. C. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, Curitiba: Secretaria de Estado de Cultura e do Esporte, 1981. 235p.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: EDUNESP, 2006. 428p.

PEREIRA, M. R. M. Dos Usos e Abusos do Mate: sociedade e indústria no Paraná do século XIX. In: **Cativeiro e Liberdade (Revista Interdisciplinar de História Social)**, Rio de Janeiro, jan./jun., 1997, pp. 69-103.

RENK, A. **A Luta da Erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997. 226p.

RIBEIRO, A. G. As Transformações da Sociedade e os Recursos da Natureza na Região de Palmas e Guarapuava. In: **Boletim de Geografia**. Maringá, ano: 07, n. 01, 1989, pp. 17-79.

SCHUSTER, W. Generalidades e Particularidades do Sistema Faxinal: o caso do Faxinal Saudade Santa Anita no Município de Turvo (PR). In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 18, 2006, Rio de Janeiro, *Anais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. CD-ROM.

SERRA, E. Os Primeiros Processos de Ocupação da Terra e a Organização Pioneira do Espaço Agrário no Paraná. In: **Boletim de Geografia**. Maringá, ano: 10, n. 01, 1992, pp. 61-95.

SHANIN, T. A Definição de Camponês, Conceituações e Desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Estudos CEBRAP**, Petrópolis, nº 26, 1980, pp. 43-79.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ERVA-MATE NO PARANÁ. **Empresas.pdf**. São Mateus do Sul: SINDIMATE, 2007. 36 kb. Plataforma Windows.

SOARES, F. **Entrevista sobre a Produção da Erva-mate nas Comunidades Faxinalenses (jul. 2006)**. Entrevistador: Marcelo Barreto. Rebouças: Faxinal Marmeleiro de Cima, 2006. Arquivo mp3. Entrevista cedida por ocasião do trabalho de campo realizado nos Faxinais *Marmeleiro de Cima* e *Marmeleiro de Baixo* em 15/07/2006.

TÚLIO, A. **Entrevista sobre a Produção da Erva-mate nas Comunidades Faxinalenses (jul. 2006)**. Entrevistador: Marcelo Barreto. Rebouças: Faxinal Marmeleiro de Baixo, 2006. Arquivo mp3. Entrevista cedida por ocasião do trabalho de campo realizado nos Faxinais *Marmeleiro de Cima* e *Marmeleiro de Baixo* em 16/07/2006.